



**INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA**



Documento Base Assembleia Geral para apreciação do PPI

Florianópolis, setembro de 2013

COMISSÃO CENTRAL DO PDI

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Presidente da Comissão Central

Andrei Zwetsch Cavalheiro

Secretária Executiva do PDI

Crislaine Gruber

Pró-Reitora de Administração

Elisa Flemming Luz

Pró-Reitora de Ensino

Daniela de Carvalho Carrelas

Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas

Golberi de Salvador Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Mário de Noronha Neto

Diretora de Gestão do Conhecimento

Silvana Ferreira Pinheiro e Silva

Representante do SINASEFE

Marcos Aurélio Neves

Representante do SINASEFE

Daniel Augustin Pereira

Representante Discente

Emanuel Luiz Flores da Silva

Representante Discente

Neri Maria Panazzolo Lucena

Representante do Colégio de Dirigentes

Marlon Vito Fontanive

Representante do Colégio de Dirigentes

Maurício Martins Taques

COMISSÕES TEMÁTICAS DO PPI

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Daniela de Carvalho Carrelas
Caroline Lengert Guedes
Evandro Belmiro da Silva
Sandra Lopes Guimarães
Fabiana Mortimer Amaral
Cristine Ferreira Costa
Valdir Noll
Morgana Dias Johann
Ricardo Luiz Alves

POLÍTICAS DE GESTÃO

Silvana Ferreira Pinheiro e Silva
Ádila Marcia Antunes da Silva da Rosa
Geancarlo Vieira Werner
Juarez Pontes
Maurício Gariba Junior
Michelle Conceição Correa

ASSUNTOS ESTUDANTIS

André Soares Alves
Janaína Turcato Zanchin
Juliana Farias de Lima
Milene Aparecida Martins Sobral
Telma Pires Pacheco Amorim
Virginea Aparecida de Lorena
Yuri Lopes Adib Salomão

COMISSÃO OPERACIONAL DO PDI

Crislaine Gruber
Raquel Lílian Barbi de Cerqueira
Alisson Luiz Lessak
Ana Carolina Vieira Rodriguez
Bruno Cavalheiro Bertagnolli
Cristiele Aparecida Petri
Juliana Vamerlati Santos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
ELABORAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE MISSÃO, VISÃO e VALORES DO IFSC.....	7
PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	10
1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI.....	10
2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS.....	14
2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	14
2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	16
2.3 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO.....	20
2.4 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO.....	23
3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	27
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO.....	28
3.1.1 Definição e Importância.....	30
3.1.2 Objetivos.....	31
3.1.3 Diretrizes Gerais.....	33
3.1.4 Políticas.....	34
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	36
3.2.1 Definição.....	36
3.2.2 Importância.....	37
3.2.3 Objetivos.....	38
3.2.4 Diretrizes Gerais.....	39
3.2.5 Políticas.....	41
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	41
3.3.1 Definição e Contexto.....	41
3.3.2 Importância.....	43
3.3.3 Objetivos.....	44
3.3.4 Diretrizes Gerais.....	45
3.3.5 Políticas.....	46
3.4 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	49
3.5 REFERENCIAIS PARA ELABORAÇÃO DE PPCS.....	53
3.6 FORMAÇÃO DE FORMADORES.....	54
4 GESTÃO.....	61
4.1 CONCEPÇÕES.....	61
4.2 RELEVÂNCIA.....	64
4.2.1 Avaliação.....	66
4.3 PRINCÍPIOS.....	67
4.4 DIRETRIZES.....	68
4.5 POLÍTICAS.....	71
5 ASSUNTOS ESTUDANTIS.....	75
5.1 ACESSO.....	76
5.2 PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO.....	78
5.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	81
5.4 EGRESSOS.....	85
REFERÊNCIAS.....	86

INTRODUÇÃO

Este documento base foi elaborado a partir de uma série de etapas relativas à revisão do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFSC. A revisão do PPI começou com uma consulta à comunidade, realizada em abril deste ano, com o objetivo de subsidiar os trabalhos do Seminário do PPI, que aconteceu entre os dias 15 e 17 de maio.

Durante o Seminário do PPI, grupos de trabalho fizeram uma análise crítica sobre o documento atual do PPI. Um dos resultados do seminário foi a formação de Comissões Temáticas. Essas comissões trabalharam sobre o documento resultante do seminário a fim de produzir uma minuta.

A minuta do PPI foi enviada para os 19 câmpus em funcionamento e para a reitoria a fim de subsidiar a discussão acerca do conteúdo do documento. As Comissões Locais organizaram esse processo de discussão e enviaram para a Comissão Operacional as contribuições dos câmpus e da reitoria nos seguintes formatos: inserção, exclusão e alteração.

Foram recebidas aproximadamente 1.000 contribuições acerca da minuta do PPI. A Comissão Operacional realizou um tratamento prévio das contribuições, suprimindo repetições e sugestões de correção ortográfica, corrigindo falhas de inserção no formulário, destacando alterações, dentre outros.

A partir do material organizado pela Comissão Operacional, as Comissões Temáticas do PPI fizeram uma análise das contribuições recebidas e elaboraram este Documento Base, considerando duas questões:

- Art. 4º do Regulamento da Assembleia Geral para apreciação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFSC¹: os trabalhos da Assembleia Geral serão desenvolvidos por meio da leitura e votação de cada proposta apresentada no documento base elaborado pelas Comissões Temáticas do PPI.
- Ata nº 7 da Comissão Central²: a dinâmica de trabalho das comissões temáticas quando receberem as 20 propostas será uma sistematização em até três propostas alternativas, destacando a ordem de ocorrência.

Considerando pertinente que a comunidade vote contribuições relacionadas a modificações de conteúdo, as Comissões Temáticas optaram por apresentar, para apreciação e escolha, os casos

1 http://pdi.ifsc.edu.br/files/2013/07/Regulamento-_Assembleia_PPI.pdf

2 <http://pdi.ifsc.edu.br/files/2013/07/Ata-n%C2%BA-7-Comissao-Central-PDI.pdf>

em que isso acontece. As contribuições recebidas que abordavam questões de melhoria de redação foram, muitas vezes, incorporadas ao documento. Da mesma maneira, quando houve sugestão de exclusão do texto e as Comissões Temáticas entenderam que essa era a melhor alternativa, o texto foi excluído. Dessa forma, apenas os parágrafos que são seguidos por tabelas com texto na cor azul serão votados na Assembleia.

Caso o câmpus ou a reitoria entenda que sua contribuição não foi considerada, ou não se sinta contemplado com o texto apresentado ou excluído, essa consideração poderá ser enviada para a Comissão Operacional até um dia antes da Assembleia Geral para apreciação do PPI. É importante ressaltar que, durante esse período, não serão recebidas novas contribuições, apenas serão reconsideradas as contribuições recebidas via formulário eletrônico anteriormente. Dessa forma, a Comissão Central fará uma avaliação e poderá colocar para apreciação algum parágrafo para o qual não esteja prevista a votação neste Documento.

Além do PPI, este documento apresenta o estudo desenvolvido acerca das declarações de missão e visão do IFSC. O capítulo um apresenta o histórico desse trabalho, bem como os resultados obtidos. São apresentadas: as declarações de missão e visão atuais; aquelas que foram elaboradas durante o Seminário Missão e Visão do IFSC; e, as declarações do seminário com ajustes de redação. Durante a Assembleia Geral para apreciação do PPI, os delegados votarão nas declarações, definindo se a Instituição mantém a missão e a visão atuais ou altera para uma das opções apresentadas.

O segundo capítulo apresenta o PPI com as contribuições recebidas dos câmpus e reitoria e sistematizadas pelas Comissões Temáticas do PPI. Para estruturar essa parte, apresentam-se os parágrafos originais da minuta do PPI publicada no dia 24 de junho ou originais com alterações feitas a partir das contribuições recebidas, na cor preta, seguidos pelas propostas para votação (manutenção, exclusão, alterações), na cor azul, em tabelas. Observações e destaques são feitos com a cor laranja.

A Assembleia Geral para apreciação do PPI acontecerá no dia 12 de setembro deste ano e seu Regulamento está disponível no site do PDI³.

³ http://pdi.ifsc.edu.br/files/2013/07/Regulamento-_Assembleia_PPI.pdf

ELABORAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFSC

Uma das etapas da construção do nosso Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 é a elaboração das declarações de Missão e Visão do IFSC.

A comunidade foi consultada, durante o mês de abril, acerca do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) atual e das percepções quanto à Missão, Visão e Valores da Instituição, com o objetivo de subsidiar os trabalhos do Seminário do PPI, que aconteceu entre 15 e 17 de maio. O relatório dessa consulta pode ser conferido no site do PDI⁴.

Primeiramente, propôs-se trabalhar as declarações de missão e visão da Instituição juntamente com o PPI. Durante o Seminário do PPI, grupos de trabalho fizeram uma análise crítica sobre o documento atual do PPI e propuseram declarações de missão, visão e valores. Um dos resultados do Seminário do PPI foi a formação de Comissões Temáticas. Essas comissões trabalharam sobre o documento resultante do seminário a fim de produzir uma minuta. Durante essa fase, as Comissões Temáticas estudariam as declarações de missão, visão e valores resultantes do Seminário do PPI e fariam proposições que seriam apreciadas pelos câmpus/reitoria juntamente com a minuta do PPI.

Dadas as premissas de tempo, entretanto, as Comissões Temáticas concentraram seus trabalhos na redação da minuta do PPI, não podendo elaborar propostas de declaração de missão e visão a tempo de serem apreciadas pela comunidade nesta fase de revisão do PPI.

Dessa forma, a Comissão Central do PDI organizou um seminário, com o objetivo de definir propostas de missão, visão e valores do IFSC. Foram convidados a participarem desse Seminário: Reitora, Pró-Reitores, Diretora de Gestão do Conhecimento, Diretora de Comunicação, membros das Comissões Temáticas do PPI, representantes do Conselho Superior (diretores gerais, alunos, egressos e comunidade externa).

Os trabalhos desse seminário foram conduzidos com base em uma metodologia elaborada pelo servidor Paulo Vitor Tavares e subsidiados pelas contribuições da comunidade coletadas na consulta pública e no Seminário do PPI, a lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº11.892/2008) e a Política de Comunicação do IFSC.

⁴ http://pdi.ifsc.edu.br/files/2013/06/relat%C3%B3rio_consulta_p%C3%BAblica_preliminar.pdf

As discussões foram bastante ricas e resultaram no levantamento prévio de termos essenciais para redação da missão e da visão. Esses termos tem como objetivo sintetizar a complexidade, diversidade e abrangência da nossa instituição e articulados deram origem a uma redação preliminar. Porém, por insuficiência de tempo, essa redação preliminar não conseguiu ser amplamente discutida, a fim de se chegar na redação final.

No dia seguinte, feitos alguns ajustes, foram propostas aos participantes do seminário mais três alternativas de missão e duas de visão, para que esses elessem a redação final mais adequada. Como um consenso não foi estabelecido, as opções foram remetidas a Comissão Central do PDI.

A Comissão Central, na reunião realizada no dia 23 de agosto de 2013, decidiu encaminhar como propostas para a Assembleia a versão original do seminário e a opção ajustada como proposta da Comissão Central. A partir disso, seguem as propostas para votação:

Missão:

Atual	Desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico, formando indivíduos capacitados para o exercício da cidadania e da profissão.	
Seminário	Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, visando ao desenvolvimento socioeconômico e cultural.	
Comissão Central	Incluir e formar cidadãos pela educação, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, para desenvolvimento e transformação do país.	

Visão:

Atual	Consolidar-se como centro de excelência na Educação Profissional e Tecnológica no Estado de Santa Catarina.	
Seminário	Ser reconhecida como instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, tendo por base a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a gestão participativa.	
Comissão Central	Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na gestão participativa.	

Os valores institucionais serão elaborados durante a Fase III do PDI. Uma comissão avaliará a relação dos valores mais citados pela comunidade na consulta pública preliminar, realizada em abril deste ano, com o texto do PPI e declarações de missão e visão. Essa comissão redigirá os valores, que serão submetidos a uma consulta pública. O resultado será incorporado ao texto do capítulo um do PDI, Perfil institucional, que será apreciado pelo CONSUP.

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

A seguir, é apresentado o Documento Base para apreciação do PPI, com as contribuições recebidas dos câmpus e reitoria sistematizadas pelas Comissões Temáticas do PPI.

1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI

(01)Este documento tem por finalidade apresentar a concepção do Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, bem como suas intencionalidades para os próximos anos.

1	Manter original com alterações.	
2	O Projeto Pedagógico Institucional é o documento que manifesta o ideal de educação e que registra o processo de construção da identidade institucional e o suporte para a avaliação das ações educativas programadas pela instituição. Este documento tem por finalidade apresentar a proposta de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, bem como suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.	

(02)Sua construção tem como referência a Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços significativos para a educação, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gestão democrática (art. 206); a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), propicia mudanças e avanços em muitos de seus dispositivos, remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I) e destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14).

(03)Foi a Lei nº 9.394/96 (LDB) que introduziu a obrigatoriedade de as instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos. O Decreto nº 5773/2006 traz a obrigatoriedade de as instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, contendo neste documento o Projeto Pedagógico da Instituição – PPI.

(04)Conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 11.892, os Institutos Federais, “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi,

especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008), que passam a ter autonomia para criar e extinguir cursos na educação profissional.

(05) Para o ensino profissional, a LDB de 1996 pode ser considerada um marco, pela forma global como trata o tema e pela flexibilidade que confere ao sistema e aos alunos. Essa lei traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente e destaca a relação entre educação profissional e processos formativos integrados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e às diferentes formas de educação. Também define que a educação profissional pode ocorrer para além da escolaridade formal e para além da escola (CHRISTOPHE, 2005).

1	Manter original com alterações.	
2	Excluir parágrafo e excluir o parágrafo (06) também.	

(06) A educação profissional, nesse documento, é apresentada em um capítulo à parte da educação básica, “superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações” sobre o tema. Propõe-se a atuar de forma crítica e qualificada no âmbito social, tornando-se, dessa forma, “um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais” (BRASIL, 2012).

1	Manter original.	
2	Excluir parágrafo, caso o parágrafo (05) seja excluído.	

(07) Em 2004, novas medidas para a educação profissional foram apresentadas a partir da substituição do Decreto nº 2.208/97 – que estabelecia as diretrizes estruturais e curriculares da educação profissional – pelo Decreto nº 5.154/04. O novo decreto confere mais flexibilidade à educação profissional, além de instituir outras providências importantes. O documento altera a estrutura da educação profissional, prevendo a seguinte organização:

Quanto aos itens abaixo existem duas propostas:

1	Manter original.	
2	Citar estritamente como está no decreto 5.154/04 (texto na cor azul).	

(a)I – Formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos que objetivam “a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade” (SILVA, 2009, p. 41).

(a)I – Formação inicial e continuada de trabalhadores.

(b)II – Educação profissional técnica de nível médio, “prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes de ensino fundamental e para o público de educação de

jovens e adultos” (SILVA, 2009, p. 40).

(b)II – Educação profissional técnica de nível médio.

(c)III – Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. De acordo com a Lei nº 11.892, esses cursos devem ser organizados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

(c)III – Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

(08)Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de acordo com o Decreto nº 5.154/04, Art. 3º, “poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”. De acordo com o mesmo Decreto, Art. 3º, § 1º, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” (BRASIL, 2004).

(09)Há que se considerar também os decretos e demais legislações que orientam as atividades educacionais do IFSC, tais como o Decreto nº 5773/2006, que dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação, o Decreto nº 5840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, a Resolução CEB 04/2010 e o Parecer CEB 07/2010, que definem diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, a Resolução CEB 06/2012 e o Parecer CEB 11/2012, que definem as diretrizes para a educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Resolução CEB 02/2012 e o Parecer CEB 05/2011, que definem as diretrizes para o Ensino Médio.

(10)Destacam-se ainda as resoluções e pareceres CEB 2012 relacionados à educação indígena e quilombola, além de resoluções e pareceres de 2011 relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos.

(11)Considerando esses documentos legais, não se pode esquecer que o IFSC é uma instituição social, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

(12)O grande desafio do IFSC está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e

manifestações culturais locais, compreendendo o discente no processo educativo como sujeito histórico e social.

1	Manter original com alterações.	
2	O grande desafio do IFSC está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais.	

(13) Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento “mais importante do PDI, na medida em que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão” e é político porque remete ao compromisso social da instituição com a formação de profissionais cidadãos (MASETTO, 2012, p.70).

1	Manter original com alterações.	
2	Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento mais importante do PDI.	

(14) Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI precisa ser entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (VASCONCELLOS, 2009).

(15) A elaboração do PPI, em termos teóricos, orienta-se em quatro pressupostos: unicidade da teoria e prática; ação consciente e organizada da instituição; participação efetiva da comunidade acadêmica e reflexão coletiva; articulação da instituição e da comunidade externa (VEIGA, 2001).

(16) Teoria e prática são inseparáveis na construção do PPI, pois não se pode separar o pensar e o agir. De um lado, a ação subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e propostas diferenciadas de intervenções na realidade educacional, de outro, a teoria, representada por um conjunto de ideias sistematizadas a partir da prática pedagógica, dá suporte e sustentação para a ação.

1	Manter original.	
2	Excluir. Se este for excluído, os subsequentes (17 e 18) também deverão ser excluídos.	

(17) O PPI se constitui como ação consciente e organizada, um instrumento que visa orientar os desafios do futuro, todas as práticas institucionais e suas consequências. O terceiro pressuposto para elaboração do PPI é o envolvimento de todos na construção do projeto, através de uma reflexão coletiva. A participação coletiva precisa ser dinâmica, prática, comprometida e deve contemplar o diálogo. A construção conjunta precisa superar as relações competitivas e autoritárias, possibilitando

a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa.

(18)O quarto pressuposto representa o desafio de incluir a comunidade nas discussões e na construção do PPI, questionando, participando, indicando caminhos, articulando a dimensão política e a dimensão social à ação pedagógica.

2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS

(01)O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC adota as concepções apresentadas a seguir, tomando como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da comunidade escolar.

1	Manter original.	
2	O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC toma como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da comunidade escolar. As concepções norteadoras explicitadas neste documento constituirão os fundamentos básicos que orientarão a formulação de diretrizes, políticas e projetos da instituição e atuarão como bases da unidade do IFSC em seu processo de planejamento, execução e avaliação dos planos de ensino, pesquisa e extensão.	

2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

(01)Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção progressista, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais” (LIBÂNEO, 2003, p.68).

1	Manter original.	
2	Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção progressista, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais” (LIBÂNEO, 2003, p.68). A concepção	

	<p>progressista engloba a proposta histórico-crítico-social e a libertadora, concepções que entendem o aluno como sujeito, participante e construtor da história. É uma concepção crítica que propõe a transformação do sujeito e da realidade social, que pensa a escola como um espaço de produção, reflexão e construção dos saberes.</p>	
3	<p>Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção progressista, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais” (LIBÂNEO, 2003, p.68).</p> <p>A concepção progressista engloba a proposta histórico-crítico-social e a libertadora, concepções que entendem o aluno como sujeito, participante e construtor da história. É uma concepção crítica que propõe a transformação do sujeito e da realidade social, que pensa a escola como um espaço de produção, reflexão e construção dos saberes.</p> <p>A educação é um fenômeno social, "portanto, a cultura e os sujeitos são determinados por condições sociais e políticas [...]" (LIBÂNEO, 2003, p. 68). Essa concepção deve ser vivenciada nas relações estabelecidas por todos os participantes da comunidade acadêmica, tanto em sala de aula, em ambientes de pesquisa e extensão, bem como em qualquer outra situação educacional na Instituição.</p>	
4	<p>Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção histórico crítica, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais” (LIBÂNEO, 2003, p.68).</p>	

(02) Desde sua criação, a educação profissional no Brasil tem como princípio educativo o trabalho, a inclusão social e a construção da cidadania. Ao longo de sua trajetória o Instituto sempre pautou essas metas, revendo-se e sintonizando-se aos desafios que as transformações sociais e tecnológicas impulsionaram.

1	Manter original.	
2	Excluir.	

(03) Diante das concepções apresentadas, o IFSC, uma instituição pública imbuída de sua função social, poderá contribuir com as transformações atuando criticamente para que os sujeitos construam novas representações da realidade, de modo a promover uma mudança de postura e de ação frente à sociedade.

1	Manter original.	
2	Diante das concepções apresentadas, o IFSC, uma instituição pública imbuída de sua função social poderá contribuir com as transformações atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover uma mudança de postura e de prática frente à sociedade, a ciência e a tecnologia. Nessa perspectiva, a educação é um espaço fundamental para a formação integral do cidadão, sujeito consciente, com visão crítica. Mobilizar-se nessa direção significa defender, nas práticas cotidianas, os valores institucionais.	

(04) Como instituição educacional, o IFSC deve garantir aos alunos condições de exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária.

1	Manter original.	
2	Como instituição educacional, o IFSC deve garantir aos alunos condições de exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Para tal, faz-se necessário um projeto educacional em que a história da construção do coletivo integre-se à história individual de cada vida - que não pode e nem deve ser esquecida, pois a construção coletiva de sociedade é inerente à educação de seres humanos autônomos, com capacidade de entender e cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos.	

(05) Cabe ao Instituto Federal ser uma referência educativa, para além de sua oferta de vagas. Sua oferta deve ser mais que educar alunos: contribuir, apoiar, qualificar e orientar outras instituições educacionais a aperfeiçoarem seus métodos e processos, na busca de uma educação em sintonia com os desafios sociais.

1	Manter original com alterações.	
2	Excluir pois não se refere à concepção de educação, e sim à oferta de vagas.	

(06) Nesse sentido, o IF-SC deve preservar e fortalecer sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com oferta de educação de qualidade.

2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

(01)As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Cursos Superiores de Engenharia, documentos referência para nossas concepções de educação profissional e tecnológica, remetem ao tema da construção de saberes integrados à formação profissional, à construção da cidadania e aos cuidados ao meio ambiente (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002, 2012, 2012a).

1	Manter original, com inclusão de “Licenciaturas e Cursos Superiores de Engenharia”.	
2	Excluir.	
3	<p>A concepção de educação profissional e tecnológica do IFSC sustenta-se em uma concepção de educação integral do sujeito, cujo caráter é de totalidade, possibilitando a manifestação das individualidades, sem limitar-se apenas ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (SILVEIRA, 2007). Entende-se que o trabalho como princípio educativo geral “se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p.13), sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático, voltada para a formação do homem integral, sem a preocupação de apenas prepará-lo para o mercado de trabalho. Nessa concepção, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão precisa ser garantida.</p> <p>Os principais documentos de referência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) remetem ao tema da construção de saberes integrados à formação profissional, à construção da cidadania e aos cuidados ao meio ambiente.</p>	

(02)Nas diretrizes do IFSC, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e o desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

1	Manter original.	
2	Nas diretrizes do IFSC, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e o desenvolvimento da capacidade de investigação científica	

como dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Entende-se tanto a educação quanto a ciência e tecnologia como processos de mediação. Essas são atividades que contribuem para a produção de conhecimento, sendo assim, a ciência e a tecnologia ganham sentido na medida em que se põem como relação entre o social e o natural. A educação, também é uma atividade mediadora que contribui com a socialização do ser humano, na medida em que se ocupa com o saber objetivo resultante desse processo de socialização, na perspectiva de transformá-lo em saber para-si. Na educação profissional pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo, na perspectiva que supere a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre.

(03)A ciência e a tecnologia se integram inseparavelmente, mesmo garantindo suas identidades, não se concebe como atividades separadas, sua dinâmica, interações e desdobramentos devem sustentar o processo educativo no Instituto Federal, uma vez que é sua atribuição precípua, a educação tecnológica. Nesse caminho, nossa concepção de educação, não pode ser separada da educação tecnológica, aquela que educa cidadãos ao mesmo tempo em que forma trabalhadores.

1	Manter original.	
2	Excluir.	

(04)Na educação profissional entendemos que a prática, o exercício de saberes e o aprimoramento dos valores devem orientar nosso trabalho de educadores. A educação profissional é primeiramente educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador, consciente de seus deveres e direitos, capaz de intervir na sociedade.

1	Manter original.	
2	Excluir.	

3 Na educação profissional entende-se que a prática, o exercício de saberes e o aprimoramento dos valores devem orientar o trabalho dos educadores. A educação profissional é primeiramente educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador, consciente de seus deveres e direitos, capaz de intervir na sociedade. O contexto histórico-social é dinâmico, assim como são dinâmicas as técnicas. A educação exige o desenvolvimento da capacidade de apreender e criar na busca de soluções para os problemas técnicos e socioeconômicos do seu tempo.

O câmpus Palhoça Bilíngue solicitou a inclusão do subcapítulo “Concepção de Educação Bilíngue” neste capítulo. As Comissões Temáticas sugerem que não seja incluído devido à definição feita no seminário do PPI de o texto mostrar as questões principais referentes às concepções norteadoras, não as especificidades de oferta/modalidade. Caso seja votada a inserção desse subcapítulo, sugere-se que seja feita após o subcapítulo Concepção de Educação Profissional e Tecnológica. O texto sugerido pelo câmpus Palhoça Bilíngue é apresentado abaixo:

O Brasil, e notoriamente Santa Catarina, é constituído por vários grupos linguísticos. Além do português, o País tem 190 línguas indígenas, aproximadamente 30 línguas de imigrantes, a língua brasileira de sinais (Libras) e demais línguas. Proporcionar educação profissional emancipadora e de qualidade a essas comunidades envolve, além dos conhecimentos científico-tecnológicos, o reconhecimento de suas diferenças linguísticas, sociais e culturais implicadas no desenvolvimento de pedagogias bilíngues. A presença de discentes com diferenças linguísticas e culturais nos cursos do IFSC faz parte do seu contexto histórico. Nesta perspectiva, o desenvolvimento de práticas educacionais bilíngues Libras/Português com educandos surdos tornou-se uma referência institucional.

Por educação bilíngue Libras/Português compreende-se o uso de epistemologias visuais no processo de ensino e aprendizagem, da Libras como língua de instrução para os surdos e do uso do português na modalidade escrita como segunda língua. As abordagens linguísticas e culturais que reconheçam as necessidades dos educandos em relação à acessibilidade do conhecimento constituem-se premissas do IFSC enfatizadas por diversos ângulos do bilinguismo. Nesse sentido, a educação bilíngue é uma condição indispensável à inclusão social por meio da educação

profissional e tecnológica.

1	Inserir subcapítulo “Concepção de Educação Bilíngue”.	
2	Não inserir subcapítulo “Concepção de Educação Bilíngue”.	

2.3 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Esta seção recebeu propostas de substituição total do texto da minuta publicada no dia 24/06 pelo texto da minuta publicada no dia 17/06 com modificações feitas pelas Comissões Temáticas na sistematização. Dessa forma, vota-se primeiro por uma das duas propostas. Abaixo são apresentadas as duas opções. Se a proposta de texto da minuta publicada no dia 17/06 for escolhida, passa-se para a votação do item 2.4. Se a proposta de texto da minuta publicada no dia 24/06 for escolhida, aprecia-se as contribuições sistematizadas para cada parágrafo.

1	Utilizar texto da minuta publicada no dia 24/06.	
2	Utilizar texto da minuta publicada no dia 17/06.	

Texto da minuta publicada no dia 17/06 com modificações feitas pelas Comissões Temáticas na sistematização:

O currículo pode ser entendido a partir de várias compreensões. Uma delas é a ideia de currículo relacionada a cursos, percursos, um conjunto de disciplinas que devem ser aprendidas. Uma outra ideia de currículo entende que além dos conteúdos pré-determinados, é preciso incorporar os conhecimentos atuais, que vão surgindo, independente de estarem ou não expressos no currículo. Uma terceira conceituação de currículo define-o “como um conjunto de conhecimentos, saberes, [...], experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem” (MASETTO, 2012, p.77), conceituação esta que tomaremos como referência para explicitar o currículo que queremos.

O currículo apresenta caráter político-pedagógico, é o instrumento de compreensão do mundo, de transformação social e que viabiliza o processo ensino-aprendizagem. Deve ser abrangente, dinâmico, apresentando o conjunto de intenções e ações que serão desenvolvidas.

Em conformidade com o princípio de inclusão, o IFSC faz a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolha as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. Preocupa-se com a organização do tempo/espaço escolar de forma a garantir o ingresso e a permanência do aluno na instituição e o acesso ao conhecimento. Busca conhecer o processo de desenvolvimento do aluno e as características dos diferentes perfis e faixa etária, por diferentes linhas teórico-metodológicas, a fim de conseguir êxito no trabalho desenvolvido.

Para tanto, o currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade, deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente na construção do seu conhecimento.

Em consonância com os objetivos de inclusão e emancipação no ideário de educação do IFSC, apontamos como proposta um currículo interdisciplinar, que atenda ao desenvolvimento das competências traçadas a partir de situações concretas das diferentes áreas profissionais, visando promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento, perceber o aluno como uma totalidade.

Essa opção vai propiciar uma ação pedagógica em que se efetive a construção do conhecimento e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento por todos da comunidade escolar: professores, servidores, alunos, pais/responsáveis.

O professor nessa perspectiva de currículo é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando a construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica em que as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim, possibilitando ao aluno a apropriação dos avanços tecnológicos, a acumulação, a recriação e criação de novos conhecimentos.

Texto da minuta publicada no dia 24/06:

(01) Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais: “O currículo de Educação Profissional e Tecnológica, obviamente valorizando o próprio projeto político-pedagógico da unidade educacional, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB, deve considerar os saberes e as experiências incorporados pelo trabalhador, o qual tem o seu próprio saber sobre a tecnologia e seu processo de produção, contemplando as demandas atuais de trabalhadores que estão retornando à escola em busca da Educação Profissional e Tecnológica.”

(02) Considerando nosso fundamento legal, todo currículo deve ser um elemento essencial da formação humana do cidadão, buscando garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação plena, que possibilite o aprimoramento das suas visões de mundo, fornecendo-lhes subsídios adequados para aperfeiçoar a sua atuação como cidadão.

(03) O trabalho é uma importante mediação ontológica e histórica na produção de conhecimento, assim a educação profissional deve orientar-se historicamente como consolidação dos saberes, aplicação tecnológica e formação plena.

(04) Neste sentido, o currículo de quaisquer dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica deve ser construído a partir de dois eixos essenciais: “o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. Estes dois princípios: o princípio educativo do trabalho, e o princípio pedagógico da pesquisa, devem estar presentes em toda a Educação Básica e, de modo especial na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em todas as suas formas de oferta e de organização.” (CNE, 2012).

(05) A organização curricular, efetivada no projeto pedagógico de curso e com base no princípio do pluralismo de concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade da instituição educacional, nos termos das Diretrizes. Os cursos, portanto, podem ter seu currículo organizado com estrutura curricular que mantenha a necessária articulação com a concepção pedagógica adotada pela instituição.

(06) O IFSC tem se apropriado de várias técnicas de construção de currículo em seus cursos, dependendo do nível de escolaridade e da área de formação. Uma das ferramentas de construção de currículos mais utilizada é a educação por competência, como metodologia que contempla a maioria das exigências legais na busca de uma educação de qualidade.

1	Manter original.	
2	O IFSC ao longo de sua história passou por vários processos metodológicos de construção e reestruturação curricular. As metodologias adotadas devem estar abertas à dinâmica de revisão em função das demandas e dos princípios previstos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, artigo 22, inciso V: “organização curricular flexível, por disciplina ou componentes curriculares, projetos, grupos temáticos ou outros critérios ou formas de organização, desde que compatíveis com os princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e da integração de teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem.” (CNE, 2012).	

2.4 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Para esta seção, as Comissões Temáticas elaboraram uma nova versão, com os parágrafos originais reordenados e algumas inserções de texto. Dessa forma, vota-se primeiro por uma das duas propostas: manter o texto original da minuta publicada no dia 24/06 ou aprovar o texto proposto pelas Temáticas. Abaixo são apresentadas as duas opções. Se a proposta nova das Comissões Temáticas for escolhida, passa-se para a votação do capítulo 3. Se ela não for escolhida, aprecia-se as contribuições sistematizadas para cada parágrafo, conforme apresentado na sequência.

1	Utilizar texto da minuta publicada no dia 24/06.	
2	Utilizar texto proposto pelas Comissões Temáticas, com reordenamento de parágrafos.	

Proposta das Comissões Temáticas de reordenamento de parágrafos do texto:

Avaliação é um processo e pode indicar avanços e dificuldades no processo educativo, devendo remeter o professor a uma reflexão sobre sua prática. É necessário que as metodologias de sala de aula, trabalhem com a diversidade, considerando as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos alunos.

A avaliação faz parte do ato educativo, do processo de ensino e aprendizagem. É fundamental que a avaliação deixe de ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social e se torne uma ferramenta para a construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade.

Avaliar é sempre uma reflexão e implica a tomada de decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 1999, p.134). A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não somente o produto. Significa ver a escola como um espaço contraditório passível, portanto, de ser compreendida e mudada; A avaliação vista por este prisma torna-se impulsionadora do processo de construção do conhecimento, ou seja, se temos uma avaliação que privilegia o diagnóstico e sua posterior análise, temos o processo de tomada de consciência do que o aluno aprendeu e do que o aluno não aprendeu, sendo este novamente o ponto de partida.

Avaliar é localizar necessidades e se comprometer com sua superação. Quando então temos um aluno, ou vários, que não estão acompanhando, é preciso parar para atendê-los. A aprendizagem

não se dá de forma linear. Porém, uma base bem trabalhada, ainda que demore mais, leva a uma aprendizagem mais sólida. É preciso rever conceitos, repensar práticas de aula, replanejar o calendário escolar, buscar alternativas. A nova intencionalidade pode se traduzir na prática da metodologia participativa em sala de aula, onde se faz a recuperação da aprendizagem no próprio ato do ensino. “Quando se pede ao aluno que exponha seu ponto de vista, argumente a favor ou contra uma ideia, produza um texto, participe da elaboração de um projeto, proponha soluções para um problema, está-se acentuando a importância da reflexão, do pensamento autônomo, da participação, da criação” (ANDRÉ; PASSOS, 2000, p.177). Portanto, se o aluno participa, dialoga, já é possível perceber ali mesmo se ele está ou não entendendo. O trabalho de recuperação do aprendizado pode então se dar concomitante ao ensino. A avaliação não pode ser unilateral. “A avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos por ventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Neste sentido, em lugar de ser instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação” (FREIRE, 1982, p.26). Portanto, o processo de avaliação deve auxiliar educadores e educandos na caminhada de crescimento e a escola na sua tarefa de responsabilidade social, dando seu testemunho sobre a qualidade da formação técnica e política do educando.

A avaliação como ato diagnóstico e como processo contínuo deve ter por objetivo a inclusão, no sentido de subsidiar ações que viabilizem tanto o domínio técnico como dos demais aspectos relevantes à formação do cidadão. O diagnóstico visa apreciar atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões para criar condições para a obtenção de uma maior qualidade daquilo que se esteja buscando ou construindo. Proceder por diagnóstico é oferecer condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem.

Proposta original do texto da minuta publicada no dia 24/06:

(01)A avaliação faz parte do processo de aprendizagem. É fundamental que a avaliação não seja apenas um instrumento de classificação e seleção. Ela é uma ferramenta para a construção de uma escola de qualidade.

(02)A avaliação deve ser um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. O processo de avaliação tem por base acolher uma situação, para, então, ajuizar sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão.

1	Manter original.	
2	A avaliação deve ser um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. O processo de avaliação tem por base acolher uma situação, para, então, ajuizar sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão. O diagnóstico visa apreciar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões para criar condições para a obtenção de uma maior qualidade daquilo que se esteja buscando ou construindo. Proceder por diagnóstico é oferecer condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem. (Original + parágrafo 03. Se aprovar esta, o parágrafo 3 não deverá ser votado.)	
3	A avaliação como ato diagnóstico e como processo contínuo deve ter por objetivo a inclusão, no sentido de subsidiar ações que viabilizem tanto o domínio técnico como dos demais aspectos relevantes à formação do cidadão.	
4	A avaliação deve ser formativa e constituir um ato integrativo e inclusivo. A avaliação como ato diagnóstico tem por objetivo promover a reflexão a respeito do processo de construção de conhecimentos de cada aluno, compreendido na sua singularidade.	

(03)O diagnóstico visa apreciar atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões para criar condições para a obtenção de uma maior qualidade daquilo que se esteja buscando ou construindo. Proceder por diagnóstico é oferecer condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem.

(04)Avaliar é sempre uma reflexão e implica na tomada de decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 1999, p.134). A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não o produto. Significa olhar o processo construído como uma possibilidade, cheio de novas potencialidades a serem construídas. A mudança do processo pedagógico implica em olhar de modo diferente, ou seja, ver o aluno e o professor como sujeito humano que se faz humano mediado pelas relações sociais. Significa ver a escola como um espaço contraditório passível, portanto, de ser compreendida e mudada.

1	Manter original.	
2	Avaliar é sempre uma reflexão e implica a tomada de decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 1999, p.134).	

A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não somente o produto. Significa ver a escola como um espaço contraditório passível, portanto, de ser compreendida e mudada.

- 3 Avaliar é sempre uma reflexão e implica a tomada de decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 1999, p.134). A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não somente o produto. Significa ver a escola como um espaço contraditório passível, portanto, de ser compreendida e mudada.

A avaliação vista por este prisma torna-se impulsionadora do processo de construção do conhecimento, ou seja, se temos uma avaliação que privilegia o diagnóstico e sua posterior análise, temos o processo de tomada de consciência do que o aluno aprendeu e do que o aluno não aprendeu, sendo este novamente o ponto de partida.

Avaliar é localizar necessidades e se comprometer com sua superação. Quando então temos um aluno, ou vários, que não estão acompanhando, é preciso parar para atendê-los. A aprendizagem não se dá de forma linear. Porém, uma base bem trabalhada, ainda que demore mais, leva a uma aprendizagem mais sólida. É preciso rever conceitos, repensar práticas de aula, replanejar o calendário escolar, buscar alternativas. A nova intencionalidade pode se traduzir na prática da metodologia participativa em sala de aula, onde se faz a recuperação da aprendizagem no próprio ato do ensino. “Quando se pede ao aluno que exponha seu ponto de vista, argumente a favor ou contra uma ideia, produza um texto, participe da elaboração de um projeto, proponha soluções para um problema, está-se acentuando a importância da reflexão, do pensamento autônomo, da participação, da criação” (ANDRÉ; PASSOS, 2000, p.177). Portanto, se o aluno participa, dialoga, já é possível perceber ali mesmo se ele está ou não entendendo. O trabalho de recuperação do aprendizado pode então se dar concomitante ao ensino.

A avaliação não pode ser unilateral. “A avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos por ventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Neste sentido, em lugar de ser instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação” (FREIRE, 1982, p.26).

Portanto, o processo de avaliação deve auxiliar educadores e educandos na caminhada de crescimento e a escola na sua tarefa de responsabilidade social dando seu

testemunho sobre a qualidade da formação técnica e política do educando.

(05) Avaliação é um processo e pode indicar problemas no processo educativo, devendo remeter o professor a uma reflexão sobre sua prática. É necessário que as metodologias de sala de aula trabalhem com a diversidade, considerando as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos alunos.

(06) A avaliação deve balizar o planejamento das unidades curriculares, da prática docente, da didática e do projeto pedagógico. As avaliações devem abranger três aspectos principais: (1) saber o nível atual de desempenho do aluno (etapa também conhecida como diagnóstico); (2) comparar a informação com aquilo que é necessário ensinar no processo educativo (qualificação); (3) tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados (planejar atividades, sequências didáticas ou projetos de ensino, com os respectivos instrumentos avaliativos para cada etapa) (LUCKESI, 2005).

3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(01) O Instituto Federal é uma instituição de educação, ciência e tecnologia, pública e gratuita e deve assumir sua função social, considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para que se constituam cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade.

(02) É preciso haver interação entre todos os servidores do IFSC, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com a comunidade, para saber quais suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da Instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

(03) A educação baseia-se na relação entre estas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber e, na extensão, compartilham-se conhecimentos com a sociedade, contribuindo dessa forma para o alcance da missão institucional.

(04) A seguir o ensino, a pesquisa e a extensão serão abordados separadamente para, então, serem explicados de forma associada pelo aspecto da indissociabilidade entre eles.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO

(01)O ensino é o processo de socializar, discutir, apropriar e ressignificar os saberes construídos historicamente. Tem, portanto, caráter reflexivo, pois implica o desejo de compreender o mundo e dele se apropriar, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

(02)Embora, nesse processo, estejam envolvidos os sujeitos que ensinam e os que aprendem, não se trata somente de um processo de transmissão, porque o ato de conhecer pressupõe ação do sujeito que conhece, isto é, ao conhecer, o sujeito estabelece relações entre os diversos saberes e, assim, pode produzir novos saberes, que promoverão o desenvolvimento da ciência, da cultura e da tecnologia. Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades. As ações e os meios de efetivação do ensino devem considerar ao mesmo tempo o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, pois se deseja que este se constitua cidadão.

1	Manter original.	
2	Nesse processo estão envolvidos sujeitos que ensinam e que aprendem. O ato de conhecer pressupõe ação do sujeito, que ao conhecer, estabelece relações entre os diversos saberes e, assim, pode produzir novos saberes, que promoverão o desenvolvimento da ciência, da cultura e da tecnologia. Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades. As ações e os meios de efetivação do ensino devem considerar ao mesmo tempo o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, pois se deseja que este se constitua cidadão.	
3	Nesse processo estão envolvidos sujeitos que ensinam e que aprendem. As ações e os meios de efetivação do ensino devem considerar ao mesmo tempo o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, pois se deseja que este se constitua cidadão, que estabelecem relações entre os diversos saberes, produzindo novos saberes, que promoverão o desenvolvimento da ciência, da cultura e da tecnologia. Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades.	

(03)O ensino deve ser pautado na interação, no diálogo e na mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. O ensino deve ser significativo, ou seja, partir do conhecimento de mundo que o aluno traz para então problematizá-lo,

apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica, para se construir uma síntese e então produzir novos saberes.

(04)A diversidade das condições de aprendizagem são uma realidade que não pode ser negada. Ao levar em conta a realidade do aluno, é preciso favorecer a transformação para outra realidade, que represente igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano, necessidades que servem como referência para compreensão da ciência, da tecnologia e da educação como atividades que precisam ser elaboradas em favor do desenvolvimento humano.

(05)Tomando por base os preceitos legais que estabelecem ser a instituição pública e gratuita, as ações educacionais do IFSC devem sustentar-se nos princípios:

- (a)Todas as ações e vivências estarão imbuídas dos valores éticos.
- (b)Os docentes, técnico-administrativos e alunos tratarão os integrantes da comunidade acadêmica e serão por eles tratados de modo a respeitar as diferenças de qualquer natureza.

1	Manter original.	
2	A comunidade acadêmica respeitará as diferenças de qualquer natureza.	
	<ul style="list-style-type: none"> ● (c)O processo educativo desenvolvido será inclusivo, ou seja, respeitará a pluralidade própria da sociedade humana. ● (d)O respeito à natureza e a busca do equilíbrio ambiental serão práticas permanentes no cotidiano da vida acadêmica, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. ● (e)Todos os integrantes da comunidade acadêmica serão educadores e agirão como tal. ● (f)A gestão da instituição será democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões. 	

1	Manter original.	
2	A gestão da instituição será democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo a representatividade, unidade e autonomia.	
3	A gestão da instituição será democrática, com participação da comunidade acadêmica nos fóruns deliberativos.	
	<ul style="list-style-type: none"> ● (g)O trabalho educativo será construído mediante o diálogo, principalmente no que tange ao processo ensino-aprendizagem. 	

1	Manter original.	
2	As ações educativas serão construídas mediante o diálogo, principalmente no que tange ao	

	processo ensino-aprendizagem.	
3	O trabalho educativo será construído mediante o diálogo, principalmente no que tange ao processo ensino-aprendizagem. É entendido como um trabalho de humanização, de formação de cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade na qual estão inseridos. (União dos itens g e h. Se esta for a escolha, excluir o item (h).)	

- (h)O trabalho educativo é entendido como um trabalho de humanização, de formação de cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade na qual estão inseridos.

1	Manter original.	
2	As ações educativas devem pautar-se na humanização, na formação de cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade na qual estão inseridos.	

- (i)A tecnologia será valorizada pelo que acrescenta de qualidade à vida humana.

1	Manter original.	
2	Mover para o começo da relação.	
3	Excluir.	

- (j)As atividades de ensino, pesquisa e extensão serão baseadas no princípio da indissociabilidade.

3.1.1 Definição e Importância

(01)O Ensino deve ser articulado a um conjunto de ações, mas tem suas características próprias, representando o cerne das atividades escolares. Não pode ser dissociado dos demais processos educativos, mas necessita garantir sua identidade e singularidade, identidade no que se refere ao conjunto de atividades coordenadas pelos educadores na construção dos saberes, valores e práticas que educarão nossos estudantes. Sempre referenciado na aprendizagem, o ensino deve organizar-se conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente para a educação profissional e tecnológica, para a construção de competências associadas aos perfis profissionais de formação de nossos cursos, mas não podem desvincular-se do caráter educativo desse processo, estimulando a prática, a pesquisa e a extensão como estratégia de ação.

(02)É preciso haver singularidade no que se refere à abordagem dos diversos estilos de aprendizagem dos alunos que recebemos nesta instituição. Os estilos de aprendizagem tratam de diferentes formas de aprender que, em geral, estão associadas às escolhas de vida, de formação e de

prática social de cada indivíduo, bem como às suas características de personalidade e desenvolvimento pessoal.

1	Manter original com alterações.	
2	O ensino precisa considerar as singularidades de aprendizagem dos alunos, pois as diferentes formas de aprender estão relacionadas a sua trajetória de formação e de prática social, realidade de cada sujeito, bem como às suas características de personalidade e desenvolvimento pessoal.	
3	Excluir.	

(03) Assim, o ensino deve sempre estar espelhado na aprendizagem, garantindo, além da eficiência na atividade didática, eficácia na atividade pedagógica. Isto é, não basta que haja um ensino de qualidade, mas sim que efetivamente aconteça uma aprendizagem contextualizada, que garanta a construção de saberes e o aprimoramento humano do educando.

1	Manter original.	
2	Assim, o ensino deve sempre estar espelhado na aprendizagem, garantindo, além da atividade didática, a atividade pedagógica. Isto é, não basta que haja um ensino de qualidade, mas sim que efetivamente aconteça uma aprendizagem contextualizada, que garanta a construção de saberes e o aprimoramento humano do educando.	
3	Assim, o ensino precisa considerar a aprendizagem, garantindo, além da atividade didática, a atividade pedagógica. Isto é, não basta que haja um ensino de qualidade, mas sim que efetivamente aconteça uma aprendizagem contextualizada, que garanta a construção de saberes e o aprimoramento humano do educando.	

3.1.2 Objetivos

(01) No IFSC, o ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico.

1	Manter original.	
2	No IFSC, o ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da	

educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas com direito à acessibilidade.

(02) Conforme a lei de criação dos Institutos Federais, nosso papel de instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que nos destaca das outras instituições educativas e nos identifica como instituição peculiar, não apenas pela oferta, mas pela referência que devemos ser às demais instituições educativas e instituições sociais.

1	Manter original.	
2	Conforme a lei de criação dos Institutos Federais, nosso papel de instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que nos destaca das outras instituições educativas e nos identifica como instituição peculiar, não apenas pela oferta, mas pela referência que devemos ser às demais instituições educativas e instituições sociais. A oferta deve respeitar os percentuais previstos pela legislação vigente que trata das finalidades dos institutos federais.	

(03) A escolarização, especialmente para os que não puderam cumpri-la no tempo certo de suas vidas escolares, caracterizada pelos programas de educação de jovens e adultos, deve ser ampliada e consolidada através de um ensino que considere suas peculiaridades e demandas regionais.

(04) Programas de inclusão e de qualificação profissional são fundamentais para a acolhida de novos alunos, seja para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. Além disso, há muitas possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC nas diversas iniciativas daí advindas, como o estímulo à criação de cooperativas e a formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

1	Excluir.	
2	Manter original com alterações.	

(05) O avanço científico e tecnológico, parte integrante do processo de ensino, deve considerar que os saberes se consolidam à medida que mais práticas sociais a eles se incorporam, estabelecendo um processo contínuo de construção do conhecimento e busca de soluções técnicas ou tecnológicas, que por sua vez demanda mais saberes, e assim sucessivamente.

3.1.3 Diretrizes Gerais

(01)As diretrizes do ensino no IFSC estão alinhadas às Diretrizes Nacionais, no que concerne às normas e procedimentos, mas apresentam peculiaridades que nos identificam e nos desafiam ao longo da consolidação deste Instituto Federal.

1	Manter original.	
2	As diretrizes do ensino no IFSC estão alinhadas às Diretrizes Nacionais, mas apresentam peculiaridades que nos identificam e nos desafiam ao longo da consolidação deste Instituto Federal.	

(02)A oferta proporcional de matrículas, conforme dispositivos legais, bem como o Termo de Acordo de Metas e Compromissos estabelecido pelo Ministério da Educação, objetivando o melhor uso dos recursos públicos destinados à Rede Federal, nos fazem dimensionar nossas práticas, planos e projetos com vistas a irmos além do cumprimento das metas e inaugurar novas sistemáticas de elaboração de projetos e construção de currículos. O objetivo é desempenhar as atividades de ensino e de gestão em direção a concepção de educação prevista neste documento, mas desdobrada em diferentes estratégias, de acordo com as peculiaridades de cada oferta educativa.

(03)Uma importante diretriz para a vigência deste PDI é a harmonização de currículos, ou seja, um mesmo curso ofertado em diferentes câmpus, com o mesmo projeto pedagógico, uma vez que somos uma instituição única. Esse processo deve considerar as discussões dos envolvidos em um mesmo curso, permitindo a construção coletiva de um mesmo curso para vários câmpus. Não se trata de padrão único de curso, nosso entendimento sobre harmonização é a garantia da identidade única do IFSC em seus vários câmpus, respeitadas as singularidades, garantindo a participação dos envolvidos na discussão.

1	Excluir.	
2	Manter original com alterações.	
3	Uma importante diretriz de ensino é a harmonização de currículos. Entende-se por harmonização a busca de uma identidade institucional, assegurando-se o atendimento às necessidades locais e regionais de profissionalização. Este processo deve considerar as discussões dos perfis profissionais e carga horária, assegurando-se a identidade institucional.	

(04)As demandas locais devem sempre estar presentes nos planos de nossas novas ofertas, bem como na atualização das ofertas existentes, garantindo que o instituto esteja inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional e tecnológica em perspectiva nacional, mas com um olhar especial à comunidade onde se insere. Os arranjos produtivos locais devem ser sempre uma fonte de informação para nossa oferta educativa. Conjuntos de atividades econômicas consolidadas, em implantação ou em vislumbre, devem fazer parte de nossas diretrizes na construção de planos e projetos educativos, garantindo cada vez mais a perfeita sintonia de cada câmpus com sua comunidade, sem perder a unicidade do conjunto.

3.1.4 Políticas

(01)Uma das grandes políticas do IFSC é ser um espaço de educação continuada, no sentido mais amplo possível. O entendimento é o de que a educação é um processo permanente de aprimoramento do ser humano. Assim, a educação continuada é cada vez mais uma realidade ao longo da vida de todo cidadão: é sempre necessário um maior ou menor grau de aperfeiçoamento, domínio de saberes, apropriação de técnicas e métodos para os mais variados setores e atividades. O Instituto se define como instituição educativa, com capacidade de garantir educação continuada, seja em seus cursos regulares, programas e projetos, como nas atividades de pesquisa e extensão.

1	Manter original com alterações.	
2	Uma das grandes políticas do IFSC é ser um espaço de educação continuada, no sentido mais amplo possível. Nosso entendimento é o de que a educação é um processo permanente de aprimoramento do ser humano. Ela também pode ser compreendida como um processo de mudança de comportamento através do conhecimento. Tal mudança de comportamento não se resume apenas aos aspectos comportamentais, mas sobretudo à postura diante da sociedade e da natureza. Assim, a educação continuada é cada vez mais uma realidade ao longo da vida de todo cidadão: é sempre necessário um maior ou menor grau de aperfeiçoamento, domínio de saberes, apropriação de técnicas e métodos para os mais variados setores e atividades. O instituto se define como instituição educativa, com capacidade de garantir educação continuada, seja em seus cursos regulares, programas e projetos, como nas atividades de pesquisa e extensão.	

(02)Ao longo da vigência deste PDI, o IFSC ainda está em consolidação de sua estrutura física, contratação de servidores, criação de novas ofertas e todos os desdobramentos daí advindos. Nesse sentido, algumas políticas orientam os processos de planejamento e dimensionamento de sua estrutura:

- (a)consolidação da oferta educativa nos diferentes níveis e modalidades, garantindo condições objetivas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas através da estrutura física e materiais adequados
- (b)construção e consolidação do marco regulatório necessário à agilidade de processos, sistemas e métodos;
- (c)implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento dos vários processos;
- (d)ampliação de um programa de educação continuada na formação de formadores, aperfeiçoando os processos de ensino comprometendo-se com o êxito na aprendizagem;
- (e)fortalecimento das instâncias democráticas de construção coletiva, planejamento, projetos, decisões, articulações, normas e procedimentos;
- (f)institucionalização da Educação a Distância como prática educativa em todos os câmpus, além da aplicação de suas soluções educativas à educação presencial;

1	Manter original com alterações.	
2	incentivar a Educação a Distância como uma das práticas de ensino da Instituição, sendo esta uma das opções que atenda a uma determinada demanda;	

- (g)participação em todos os fóruns relacionados à educação, especialmente à educação profissional e tecnológica.

Votar a inserção de novos itens:

ampliação de acervo bibliográfico;	
implantação e manutenção permanente da infraestrutura de laboratórios;	
ampliação de programas que valorizem a participação cidadã e políticas em diferentes instâncias da sociedade;	
garantir o ingresso, a permanência e o êxito do aluno na instituição;	

(03)Uma importante política deste instituto é a articulação com a Rede Federal, contribuindo para o desenvolvimento do país, solidarizando-se com as demandas das demais instituições, compartilhando soluções e aprimorando a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de Educação Profissional e Tecnológica, premente para o desenvolvimento do Brasil.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA EXTENSÃO

3.2.1 Definição

(01) Historicamente, a extensão passa por diversas fases práticas e de conceito na educação: a transmissão verticalizada do conhecimento, o voluntarismo de natureza político-pedagógica, movimentos sociocomunitários não sistematizados e o momento acadêmico institucional dialógico e transformador para todos os sujeitos envolvidos (SERRANO, 2013). Cabe ressaltar que as diferentes fases vividas pela extensão impactam até hoje em uma dificuldade de compreensão desta ação institucional.

(02) O IFSC compreende a extensão como um conjunto de atividades em que é promovida a articulação entre os saberes científico e tecnológico e a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido. Essa definição amplia a ação institucional, além do próprio processo educativo e de produção de conhecimento, que busca na realidade da sociedade os objetos de estudo e desenvolve propostas educativas e científicas aplicadas ao contexto social.

(03) Tomando como base a lei de criação dos Institutos Federais, Seção II, Artigo 6º, ressalta-se que as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. A partir desse mapeamento, “as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada” (SILVA, 2009, p. 44).

3.2.2 Importância

(01) As atividades de extensão são extremamente importantes para a formação integral do aluno, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas com o seu contexto social, econômico e cultural. Também serve de instrumento para inserção do egresso no mundo do trabalho e manutenção de seu vínculo com a instituição, possibilitando acesso de informações sobre a efetividade das ações institucionais frente ao cumprimento de suas finalidades.

(02) A extensão deve ser compreendida como prática acadêmica e como um meio de

articulação com os diversos segmentos sociais, de forma programada e sistemática, visando estabelecer parcerias comprometidas com a missão e a visão institucional. O resultado das ações efetivas de extensão contribuem para as transformações sociais, econômicas e políticas, proporcionando benefícios tais como:

- (a) Atuação eficaz na aprendizagem, norteadas na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas também à convivência social com a comunidade.
- (b) Consolidação das ações da instituição na comunidade.

1	Manter original com alterações.	
2	Divulgação da imagem institucional na sociedade, contribuindo para o processo de implantação e consolidação dos câmpus.	

- (c) Inserção na comunidade, permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa para atender as demandas da região.
- (d) Inter-relação com as áreas do ensino e da pesquisa, possibilitando ao discente a atuação profissional e inserção no mundo do trabalho durante a formação acadêmica.
- (e) Contribuição nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento.

1	Manter original.	
2	Ampliação das possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento.	

- (f) Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas gerando emprego e renda.
- (g) Proporcionar ao educador uma formação continuada e ampla de conceitos, processos e tecnologia e ao estudante uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.

3.2.3 Objetivos

(01) As atividades de extensão têm como objetivo desenvolver ações de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com as políticas sociais, o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando a:

- (a) Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça

troca de saberes, conhecimentos e experiências.

1	Manter original.	
2	Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, preparando o aluno para sua inserção no mundo do trabalho.	

- (b) Buscar interação sistematizada com a comunidade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas e privadas, e com as entidades da sociedade civil.

1	Manter original.	
2	Buscar interação sistematizada com a sociedade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas e privadas, e com as entidades da sociedade civil, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis.	

- (c) Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem os saberes.

1	Manter original.	
2	Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo desde os projetos de concepção, os mecanismos que inter-relacionem os saberes.	

- (d) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.
- (e) Elaborar, implementar e avaliar projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.
- (f) Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão.
- (g) Articular parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão com natureza de inovação tecnológica.

3.2.4 Diretrizes Gerais

(01) Apoiadas no princípio de indissociabilidade, as atividades de extensão têm por finalidade possibilitar que o conhecimento construído nas práticas de ensino e de pesquisa da

instituição sejam disponibilizados aos diferentes segmentos da sociedade.

(02) Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes, nas quais se baseia a extensão, são:

- (a) Estímulo à participação do aluno em atividades de extensão, através do desenvolvimento de ações na comunidade como parte integrante dos currículos dos cursos ofertados pelo IFSC ou articulado a diferentes áreas do conhecimento.
- (b) Incentivar a inserção de atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos.
- (c) Possibilidade de contato com a comunidade e com o mundo do trabalho, favorecendo a inclusão profissional do aluno e do egresso do IFSC.
- (d) Proporcionar uma formação ampla do aluno por meio do desenvolvimento de atividades que permitam o acesso à ciência, tecnologia, cultura e esporte.
- (e) Participação dos alunos nas atividades para que se sintam corresponsáveis pelo desenvolvimento de ações profissionais que levem ao desenvolvimento regional.

1	Manter original com alterações.	
2	Sensibilização dos alunos para que desenvolvam a ideia de pertencimento social, para que se sintam corresponsáveis pelo desenvolvimento de ações profissionais que levem ao desenvolvimento regional.	

- (f) Ampliação das experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos e de cidadania.
- (g) Fomento e apoio a programas de mobilidade discente.

1	Manter original.	
2	Fomento e apoio a programas de mobilidade discente, especialmente no que se refere a intercâmbios, independente da área de formação.	

(03) Quanto aos servidores, as principais diretrizes são:

- (a) Proporcionar um espaço de ação com o mundo do trabalho, favorecendo o contato com as novas tecnologias, formação continuada do servidor por meio da troca de conhecimentos contextualizados.
- (b) Fomentar e incentivar a participação de todos os servidores em ações, projetos e programas de extensão.
- (c) Incentivar e apoiar a produção de material bibliográfico, cartilhas, vídeos e demais produtos de extensão.

- (d) Promover parcerias que possibilitem agregar conhecimentos e espaços para desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais.
- (e) Apoiar o desenvolvimento de ações com instituições públicas, em especial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- (f) Fomentar e fortalecer a criação de projetos e programas de extensão intercâmpus e intercursos, articulados ao ensino e à pesquisa aplicada.
- (g) Fomentar e apoiar a mobilidade de servidores para o desenvolvimento de projetos e programas de extensão e de ações que contribuam com a troca do conhecimento e de tecnologias.

Votar a inserção de novo item:

Apoiar a captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de extensão.

(04) Do ponto de vista da sociedade que permeia a Instituição, a extensão tem as seguintes diretrizes:

- (a) Propor e desenvolver ações promovendo o desenvolvimento regional.
- (c) Promover a troca de saberes para promoção de ações em parceria, incentivando a produção e a disseminação cultural, artística, esportiva e tecnológica para o desenvolvimento regional.
- (d) Atender às demandas sociais articuladas ao ensino e à pesquisa.
- (f) Promover e apoiar ações que ampliem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico, esportivo e cultural, fortalecendo a imagem da instituição na comunidade.
- (g) Apoiar e desenvolver projetos sociais de inclusão e de tecnologias sociais atendendo preferencialmente a populações e comunidades em situação de vulnerabilidade social.

3.2.5 Políticas

(01) São políticas de extensão:

- (a) Fortalecer e ampliar as atividades de extensão de cunho tecnológico, científico, cultural e esportivo.
- (b) Estabelecer relacionamento entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de consolidar a extensão como

atividade institucional.

- (c) Ampliar a participação dos servidores e discentes nas atividades de extensão.
- (d) Fomentar a integração das atividades por meio do desenvolvimento de programas de extensão.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

3.3.1 Definição e Contexto

(01) Segundo a Resolução 086/2011/CEPE, “a pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa basicamente à geração e à ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica.” A pesquisa torna-se, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento regional, contribuindo para o desenvolvimento do país.

(02) Nesse sentido, o IFSC busca cumprir seu papel de Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a aplicação das pesquisas no âmbito do ensino e no desenvolvimento científico, tecnológico e social.

(03) O fomento à pesquisa e à inovação foi uma grande preocupação durante os anos anteriores, por meio da concessão de bolsas de pesquisa aos alunos e servidores, do apoio à realização de projetos, de parcerias com instituições públicas e privadas e do apoio à participação em eventos científicos. Nesse contexto tem-se como objetivo ampliar a participação de servidores e alunos nas atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, visando à melhoria e consolidação da posição do IFSC junto à sociedade acadêmica e científica, no âmbito regional e nacional.

(04) O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) promove a articulação e viabilização de projetos de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia, e realiza programas para disseminação da cultura da inovação e propriedade intelectual.

(05) Na área de Assuntos Internacionais, alunos realizam intercâmbio em diferentes países

no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, promovido pelo CNPq e pela CAPES, mostrando que o processo de internacionalização do IFSC já é uma realidade.

1	Manter original com alterações.	
2	Na área de Assuntos Internacionais, o IFSC mantém acordos de cooperação técnica internacional com Instituições de Ensino Superior nas Américas e na Europa; implanta e acompanha programas de mobilidade internacional, como o Programa Piloto de Cooperação Internacional para Intercâmbio de Estudantes do IFSC – PROPICIE – e o Ciência Sem Fronteiras e possui dois programas em fase de implantação: Programa de Capacitação e Certificação em Idiomas e Programa de Acolhimento de Estrangeiros.	

(06)A implementação de vários Doutorados e Mestrados Interinstitucionais (DINTER e MINTER) nos últimos anos contribuíram para o fortalecimento no IFSC de um ambiente de produção científica e tecnológica, qualificando melhor nossos servidores, além de estreitar os laços do IFSC com outras instituições de ensino renomadas no cenário nacional e internacional.

(07)Além disso, a publicação de revistas e livros, de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos, contribuiu para a consolidação de um espaço de diálogo e troca entre a rede federal e a comunidade.

(08)A pesquisa no IFSC está sendo progressivamente estruturada, aproximando o IFSC da sociedade e consolidando-o como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

3.3.2 Importância

(01)O Brasil tem crescido no cenário latino-americano e mundial, tornando-se a 7ª economia no mundo, em média 5% ao ano. Esse crescimento contribui para a redução da pobreza, o crescimento da classe média, a ampliação da faixa de pessoas que saíram da condição de pobres para a classe média, aumento da renda média, entre outros. Um efeito visível é a transformação de hábito dos consumidores, indicando a mudança social ocorrida como benefícios do crescimento econômico e da estabilidade financeira.

(02)Nesse contexto, no entanto, o país vive um déficit de profissionais com formação técnica e tecnológica, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Institucional e o Conselho Federal

de Engenharia e Agronomia (CONFEA), por ter investido pouco na educação profissional e tecnológica, ação que deve mudar com a ampliação dos Institutos Federais⁵.

(04)A pesquisa beneficia a própria sociedade, pois a aproximação do IFSC com organizações de diversas naturezas traz benefícios e fortalece essas organizações para que ampliem sua atuação.

(05)O país tem percebido isso e tem divulgado vários planos de crescimento na área tecnológica, tais como o Plano Brasil Maior, a criação de Polos de Inovação, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e outras ações governamentais que mostram a grande necessidade de melhorar a pesquisa aplicada no país. Os contextos estaduais e até municipais mostram-se favoráveis à busca de inovação, que passa, obrigatoriamente, pela pesquisa e pela extensão.

(06)É nesse contexto nacional que o IFSC procura atuar como mediador do conhecimento aplicado e formador de mão de obra qualificada na área tecnológica. A pesquisa não está ausente desse tema e por isso buscou fundamento em normas e legislações internas que permitam ao pesquisador do IFSC, seja servidor ou aluno, participar do processo da pesquisa.

(07)Para regulamentar as diversas atividades que envolvem a pesquisa, foi criada a Resolução nº 086, em 2011, aprovada pelo CEPE, estabelecendo os procedimentos necessários para quem deseja participar de projetos de pesquisa, remunerados ou não, internos ao IFSC ou com instituições parceiras.

(08)A visão do IFSC aponta para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e a lei de criação dos Institutos Federais também corrobora essa visão. Portanto, esse aspecto não deve ser relegado a um segundo plano, devendo ser apoiado, de maneira positiva, por todos os órgãos e colegiados internos, para que, de fato e de direito, tenhamos o IFSC como uma instituição de excelência em desenvolvimento científico e tecnológico.

1	Manter original com alterações.	
2	A visão do IFSC aponta para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e a lei de criação dos Institutos Federais também corrobora essa visão. Portanto, esse aspecto deve ser considerado por todos os órgãos e colegiados internos.	

⁵ <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1052418&tit=Apagao-de-engenheiros-no-Brasil>

3.3.3 Objetivos

(01)O inciso VIII, do artigo 6º, da Lei nº 11.892 dispõe que a finalidade dos Institutos Federais é “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, 2008).

(02)Da mesma forma, de acordo com o inciso III do Art. 7º, da Lei Nº 11.892/2008, são objetivos dos Institutos Federais “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”. Está disposto nas alíneas do inciso VI do mesmo Artigo que é objetivo ministrar: “d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e, e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica” (BRASIL, 2008).

(03)Internamente, as atividades de pesquisa no IFSC são reguladas pela Resolução nº 086/2011/CEPE, indicando que a pesquisa visa: “I - Incentivar a participação de servidores e alunos do IF-SC em projetos, programas e ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do IF-SC e em conjunto com instituições públicas e privadas. II – Integrar a pesquisa e o ensino com as demandas da sociedade, os seus interesses e as suas necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber científico e o saber popular de forma articulada com a extensão. III – Articular com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) parcerias com a sociedade para a concretização de projetos que envolvam pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.”

(04)Portanto, o processo da pesquisa envolve servidores e alunos do IFSC, que têm a necessidade de ampliar e desenvolver o conhecimento científico e tecnológico, buscando soluções práticas e inovadoras para o dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, atendendo às demandas externas, tais como os Arranjos Produtivos Locais.

(05)Para tal, o conhecimento pode ir além do que é apreendido em sala de aula, utilizando a ferramenta da pesquisa aplicada para potencializar a aprendizagem dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de compartilhar com a sociedade, por meio da extensão, aquilo que foi desenvolvido nas pesquisas.

(06)Neste sentido, as atividades de pesquisa devem buscar, preferencialmente, o

desenvolvimento de tecnologias com potencial de aplicação no mercado a fim de oportunizar transferências de tecnologias e/ou a geração de novas empresas. Essa transferência de tecnologia resulta em benefícios para a sociedade e em novos conhecimentos para a comunidade acadêmica.

3.3.4 Diretrizes Gerais

(01) Busca-se uma concepção de pesquisa na perspectiva de construção coletiva. Isso significa que a pesquisa, além do caráter acadêmico atrelado à formação na pós-graduação, deverá também buscar respostas às necessidades que emergem da instituição e dos anseios da sociedade. Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes são:

- (a) Envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções no sentido de contribuir para a transformação da sociedade.
- (b) Criar oportunidades educacionais que permitam a capacitação profissional constante dos alunos, com o oferecimento de programas de pesquisa em diferentes níveis de ensino.
- (c) Direcionar as atividades de pesquisa para solucionar problemas técnico-científicos oriundos da sociedade.
- (d) Prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas e associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC.
- (e) Valorizar os conhecimentos prévios e competências dos alunos, incentivando-os a participarem de atividades de pesquisa.
- (f) Incentivar a pesquisa na área da educação tecnológica como forma de melhorar a qualidade da educação.
- (g) Promover a participação dos alunos em eventos científicos no Brasil e no exterior.

(02) Pensando em servidores, as principais diretrizes são:

- (a) Capacitar os servidores da Instituição para melhor exercerem atividades de pesquisa.
- (b) Incentivar a pesquisa em todos os níveis de ensino.
- (c) Fomentar e fortalecer os Grupos de Pesquisa.
- (d) Fomentar e fortalecer a Pós-graduação.
- (e) Disseminar o conhecimento produzido pelo IFSC.

- (f) Ampliar a participação do IFSC em publicações nacionais e internacionais.
- (g) Ampliar o acesso a bases de conhecimento indexados.
- (h) Incentivar o desenvolvimento de redes de cooperação de pesquisa.
- (i) Apoiar a mobilidade de servidores, visando à participação em projetos de pesquisa no Brasil e no exterior.
- (j) Promover o compartilhamento e a criação de espaços físicos e equipamentos destinados à pesquisa.
- (k) Promover a participação dos servidores em eventos científicos no Brasil e no exterior.

(03) Do ponto de vista da sociedade que permeia a Instituição, a pesquisa tem as seguintes diretrizes:

- (a) Estabelecer e estreitar relações com instituições de diversas naturezas e órgãos de fomento.
- (b) Facilitar o processo institucional para viabilizar atividades de pesquisa com o setor produtivo.
- (c) Promover a transferência de tecnologia para a sociedade de maneira articulada à Extensão.
- (d) Fomentar e fortalecer a inovação e o empreendedorismo.

3.3.5 Políticas

(01) A consolidação da pesquisa no IFSC está pautada, principalmente, no fortalecimento dos Grupos de Pesquisa, na estruturação de Cursos de Pós-Graduação e no estímulo às atividades de pesquisa aplicada e de transferência tecnológica.

(02) Para tanto, a Política de Pesquisa do IFSC busca incentivar a organização dos seus pesquisadores em torno de um ou mais objetos de estudo por meio da formação de Grupos de Pesquisa. Dessa forma, potencializam-se as especialidades do conhecimento ao mesmo tempo que se provoca o diálogo interdisciplinar, graças à maior interação e integração entre os pesquisadores, bem como a complementaridade de suas competências. Como resultado, espera-se o aumento da produção científica e tecnológica, assim como o avanço nas soluções de problemas complexos e

cujas soluções apresentam grande impacto quando transferidos para a sociedade. Tal processo de qualificação da pesquisa resulta num diferencial na formação dos acadêmicos interessados em uma investigação científica, com a possibilidade de uma educação complementar de qualidade, assim como provoca a criação de novos cursos de Pós-Graduação, que são fundamentais para uma qualificação profissional diferenciada e de alto nível que atenda as atuais demandas do mercado.

1	Manter original com alterações.	
3	Tem como objetivo apoiar pesquisadores e grupos de pesquisas a produzir conhecimentos e saberes, projetando como desdobramento a qualificação dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação (<i>stricto sensu e lato sensu</i>).	

(03) Grupos de pesquisadores tendem a produzir informações relevantes e que devem ser publicadas, quer na forma de artigos, quer na forma de livros, ou ainda na produção de periódicos associados à área de interesse daquele grupo de pesquisadores. Para isso fortalece-se, indiretamente, participação em eventos e publicações em geral.

1	Manter original com alterações.	
2	O IFSC possui um importante papel na produção e transferência de conhecimento para a sociedade. Dessa forma, deverá fomentar a criação e o fortalecimento de Cursos de Pós-Graduação, principalmente aqueles de caráter profissionalizante (<i>lato sensu</i>), uma vez que proporcionam ao profissional aprofundar seus conhecimentos teóricos e práticos, em setores específicos do saber, resultando na sua qualificação e valorização como profissional, passando a atuar como importante ator no repasse de conhecimento para o ambiente produtivo. Nesse sentido, a Transferência de Tecnologia é uma poderosa ferramenta que deverá estar institucionalizada e fortalecida, servindo de canal de comunicação entre as demandas da sociedade e as competências de pesquisa científica e tecnológica do IFSC. Para tal, a pesquisa deverá ser direcionada à solução de problemas da sociedade, assim como ao desenvolvimento de soluções tecnológicas que atendam a demanda do setor produtivo, de forma a ampliar a independência tecnológica do Brasil, tornando suas empresas mais competitivas e capazes de gerar desenvolvimento econômico e social. Do ponto de vista da qualidade do ensino, vislumbra-se uma formação acadêmica diferenciada aos discentes envolvidos na pesquisa, uma vez que terão a oportunidade de vivenciar uma investigação científica e tecnológica aplicada a questões do cotidiano, estando melhor preparados para atuar no mundo do trabalho cada vez mais exigente e	

desafiador.

(04) Para a pesquisa, destacam-se as seguintes políticas:

- (a) Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa do IFSC, consolidando os elos entre pesquisadores, alunos, publicações, cursos em diferentes níveis e a inovação.
- (b) Aprimoramento do processo de gestão de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.
- (c) Incentivo à captação de recursos externos para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.
- (d) Incentivo à Proteção e Transferência de Tecnologia.
- (e) Disseminação da cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual.
- (f) Fomento à publicação e divulgação dos resultados científicos e tecnológicos.
- (g) Ampliação da oferta interna de editais de pesquisa, extensão e inovação.
- (h) Fomento às ações empreendedoras integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- (i) Ampliação das atividades de cooperação científica e tecnológica.
- (k) Ampliação da divulgação das competências e tecnologias do IFSC.
- (l) Promoção e fomento à participação de servidores em programas de mobilidade internacional.
- (m) Fomento à adequação de recursos humanos e de infraestrutura para realização das pesquisas.
- (n) Aplicação de critérios e indicadores para acompanhamento e avaliação das pesquisas.

(05) A Pós-graduação, por sua vez, merece destaque especial, pois é um dos elementos de incentivo da pesquisa. Entendemos ser importante a inserção da pesquisa na sociedade, especialmente por meio de mestrados e doutorados profissionais, que aproximam a sociedade dos centros do conhecimento, tais como o IFSC.

(06) Entre as metas para a pós-graduação, destaca-se a oferta de novos cursos de Pós-graduação *stricto sensu*, tendo como objetivos:

- (a) Elevar o patamar na avaliação da CAPES como decorrência da qualidade dos cursos ofertados.
- (b) Tornar o IFSC uma referência em Pós-graduação nos Institutos Federais.

- (c) Fomentar intercâmbios nacionais e internacionais com servidores, com o objetivo de ampliar a Pós-graduação para além do âmbito do IFSC.
- (d) Ampliar a oferta de doutorado Interinstitucional (DINTER) e mestrado Interinstitucional (MINTER).

3.4 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(01) Ao falarmos em indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pretendemos ressaltar que cada uma dessas atividades, mesmo que possa ser realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

1	Manter original.	
2	Ao falarmos em indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pretendemos ressaltar que cada uma dessas atividades, mesmo que possa ser realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária, melhorar o IDH dos municípios em que o IFSC esteja presente; melhorar os aspectos socioeconômicos locais; articular o desenvolvimento tecnológico com o desenvolvimento socioeconômico.	

(02) A Constituição Federal de 1988, nos termos do Artigo 207, pode ser referenciada como um marco da inclusão da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão nos referencias da educação superior, e dá início ao rompimento do processo dissociativo desses três componentes curriculares e institucionais.

1	Manter original.	
2	A Constituição Federal de 1988, nos termos do Artigo 207, fundamenta legalmente a prática da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão nas universidades. E nesse sentido, a equiparação dos Institutos Federais com as universidades confere ao IFSC a obrigatoriedade quanto ao cumprimento deste princípio.	

(03) É necessário compreender que o ensino não se resume em compartilhar saberes já produzidos. Se o professor e o aluno forem sujeitos participativos no processo ensino-

aprendizagem, a escola será um espaço para produzir novos saberes. Se as relações que se estabelecem na instituição escolar são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício da pesquisa e da extensão serão incorporados como práticas, seja no processo pedagógico, seja nos processos de realimentação do trabalho docente, no sentido de dar maior consistência às relações que se estabelecem entre instituição e as demandas sociais.

1	Manter original com alterações.	
2	É necessário compreender que o ensino não se resume em compartilhar saberes já produzidos. Como o professor e o aluno são sujeitos ativos do processo de ensino e aprendizagem o espaço acadêmico será, também, um espaço para produzir novos saberes, evidentemente, considerando as possibilidades de cada momento do percurso formativo. O fundamental é entender que, se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão será incorporado como prática, seja no processo pedagógico, seja nos processos de realimentação do trabalho docente, no sentido de dar maior consistência às relações que se estabelecem entre instituição e a sociedade.	

(04) Para que se possa visualizar e praticar ensino, pesquisa e extensão de modo articulado é necessário criar condições objetivas, tanto em termos materiais e físicos, quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula. Todos os profissionais da instituição poderão constituir-se pesquisadores e atuar em atividades de pesquisa e extensão, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IFSC e que não infrinja as atribuições de sua função.

(05) O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como uma mera questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio da ação investigativa que intervenha na realidade da sociedade no qual a instituição encontra-se inserida.

(06) O IFSC busca responder organicamente às demandas sociais, articulando o desenvolvimento científico com as transformações decorrentes da tecnologia e os rumos da sociedade contemporânea. Sendo assim, o contexto de criação do Instituto Federal revela-se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, nos âmbitos local, regional e nacional.

(07) A partir da reestruturação da educação profissional, proposta pela Lei nº 11.892, os Institutos Federais passam a ocupar-se, “de forma mais substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (MEC, 2010).

(08) Está expresso na Lei nº 11.892 que os Institutos Federais devem articular o ensino com a pesquisa aplicada e com a extensão. O ensino é entendido “como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.” (SILVA, 2009, p.10 e 11). Por essa razão, deve ser pensado em sintonia com a realidade do mundo atual, permitindo a formação continuada do trabalhador ao longo de sua vida, sem desconsiderar as competências e habilidades desenvolvidas na sua vivência diária. Nessa perspectiva, a educação profissional acontece no âmbito da ciência e da tecnologia por meio da indissociabilidade entre a prática e a teoria. A pesquisa, nesse caso, deve focar o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Já a extensão pode ser entendida como o processo institucional de ampliar o acesso da educação, ciência e tecnologia aos demais atores sociais, de acordo com os “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (BRASIL, 2008, Art. 7º, inciso IV).

(09) Na relação ensino, pesquisa e extensão amplia-se o conceito de aula para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. A pesquisa e a extensão são princípios educativos em cursos de todos os níveis e modalidades e devem constituir-se em trabalho específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

(10) Um aspecto importante a ser considerado referente ao ensino, à pesquisa e à extensão é o papel fundamental no sentido de orientar o desenvolvimento social e tecnológico do país.

(12) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei nº 11.892, de criação dos Institutos. Dentre elas destacam-se:

- (a) O desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas

sociais e peculiaridades regionais.

- (b)O vínculo entre a oferta formativa, a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.
- (c)O estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica.
- (d)A qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, sobretudo no que se refere à formação de professores das redes públicas de ensino.
- (e)O desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.
- (f)A realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.
- (g)A promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais.
- (h)O desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, fóruns, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua, visando ao fortalecimento da educação.

Os parágrafos a seguir tiveram sua ordem invertida.

(14)O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social. A lei de criação dos Institutos Federais aponta, nos incisos VII a IX do artigo 6º, que esses conhecimentos,

devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. [...]. Na maior parte de suas finalidades, observa-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade (SILVA, 2009, p.40).

(13)Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade, gerando uma transformação mútua. Dessa forma, a indissociabilidade é traduzida em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

3.5 REFERENCIAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS

(01) Os projetos pedagógicos de curso – PPCs, de todo o IFSC, devem respeitar às mesmas concepções de educação, ensino, pesquisa, extensão e gestão que permeiam toda atividade da instituição, respeitando as peculiaridades de cada oferta educativa. Os PPCs devem ser elaborados e implementados na busca do desenvolvimento de competências – conhecimentos, habilidades e atitudes – dos sujeitos, de forma coerente com as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais. Os PPCs devem apresentar estreita correlação de abordagem, sintonia, métodos educativos e processos avaliativos que permitem visualizar a coerência entre os diversos itinerários formativos e seus respectivos arcos ocupacionais.

(03) O CONSUP e o CEPE são as instâncias deliberativas sobre oferta educativa, cabendo ao CEPE a elaboração de procedimentos, instrumentos e fluxos para tramitação de processos na área do ensino. O CONSUP delibera sobre autorização da oferta.

1	Manter original.	
2	Excluir.	

(04) Um conjunto de normas nacionais são observadas nos procedimentos e projetos do IFSC, mas temos nossas próprias estratégias de construção da identidade pela coerência de concepções e procedimentos educativos, dentre os quais destacamos:

- (a) cada PPC deverá conter: justificativa da oferta, perfil profissional e suas competências, apresentar e justificar a matriz curricular (buscando a integração entre as unidades curriculares), sistema de avaliação de acordo com o nível de escolaridade;
- (b) todos os projetos são analisados no CEPE para emissão de parecer de aprovação ou revisão;
- (d) os cursos técnicos, de graduação e pós-graduação deverão ter seu PPC complementado por um plano de implementação, que deverá esclarecer todas as condições necessárias à implementação do curso, especialmente no que se refere à infraestrutura e ao corpo docente.

3.6 FORMAÇÃO DE FORMADORES

Esta seção recebeu proposta de substituição total do texto da minuta publicada no dia 24/06 por um texto construído pelo Grupo Formação dos Vales – Gaspar, Itajaí Jaraguá do Sul, GW, Joinville e Reitoria. O grupo Formação dos Vales sugere supressão dos parágrafos referentes ao subcapítulo 3.6, e inserção de um novo texto. Dessa forma, vota-se primeiro por uma das duas propostas. Abaixo são apresentadas as duas opções. Se a proposta de texto do texto construído pelo Grupo Formação dos Vales for escolhida, passa-se para a votação do capítulo 4. Se a proposta de texto da minuta publicada no dia 24/06 for escolhida, aprecia-se as contribuições sistematizadas para cada parágrafo.

1	Utilizar texto da minuta publicada no dia 24/06.	
2	Utilizar texto proposto pelo Grupo Formação dos Vales.	

Texto construído pelo Grupo Formação dos Vales:

Uma das metas do projeto de lei n.º 8.530/2010, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020, é “garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. Com essa visão sistêmica, articulada as demais redes públicas, o IFSC compreende que o apoio à educação básica é dever de todas as instituições da nação.

O PNE tem como uma das suas tarefas primordiais aprofundar a articulação da formação inicial com a formação continuada, o que envolve destacar a busca constante da relação entre os locais de formação, sistemas de ensino e escolas básicas. Destaca-se nesta articulação o papel dos centros, institutos e faculdades de Educação (SHEIBE, 2010, p. 989).

Na lei de criação dos Institutos Federais, lei n.º 11.892/2008, um dos objetivos previstos é a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação dos profissionais da educação para a educação básica, sobretudo a formação docente nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008, Art. 7º, inciso VI, alínea b). Justifica-se a prioridade na formação de professores nas áreas de ciências e matemática, pois de acordo com Sheibe (2010, p. 983), “os números revelam que a maior distorção

está na área de Ciências Exatas, na qual os profissionais formados nos cursos de licenciatura do país são insuficientes para suprir a demanda”. No relatório intitulado “Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais” (maio/2007), produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) conclui que “percebe-se um baixo percentual de professores com formação inicial específica na disciplina que lecionam”, apresentando dados muito preocupantes, tais como: Biologia (57%), Matemática (27%), Química (13%) e Física (9%).

De acordo com Sheibe (2010, p. 984), “a inexistência de um Sistema Nacional de Educação no Brasil, pode ser uma das razões pelas quais a profissão docente se apresenta, hoje, extremamente diferenciada e fragmentada. Assim, os desdobramentos dessa desarticulação sistêmica, revelam um panorama pouco atrativo para os jovens que pretendem se tornar professores nesse país.

As pesquisas sobre a profissão de professor revelam exaustivamente uma série de problemas e desafios para a elevação do estatuto socioeconômico da categoria, destacando-se, dentre outros aspectos: os baixos salários predominantes; e a deterioração das condições de trabalho, esta decorrente das longas jornadas, de salas superlotadas, do crescimento da indisciplina e da violência na escola, da dificuldade em realizar atualizações de conteúdo e metodológicas, das cobranças de maior desempenho profissional (OLIVEIRA & FELDFEBER, 2006, apud, SHEIBE, 2010, p. 984).

Para superarmos esses desafios, devemos participar de um esforço colaborativo com as demais redes públicas, através da oferta de formação para os profissionais da educação, através de nossas licenciaturas, formação inicial, e programas de formação continuada.

A concepção de Formação de Formadores no IFSC caracteriza-se pela oferta da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, nas modalidades presencial e à distância, para atuarem na Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e Educação Básica, comprometidos com a educação pública de qualidade social.

Sobre a formação inicial, entendida como o pré-requisito legal para o exercício da docência e base teórico-metodológica sobre a qual é construída toda a carreira docente, o IFSC tem o dever, conforme previsto na lei n.º 11.892/2008, de garantir, no mínimo, a oferta de 20% das suas vagas para os cursos de licenciatura, prioritariamente nas áreas das Ciências e Matemática. Os cursos de licenciatura ofertados no IFSC devem estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (Resolução CNE/CP/2002), e suas alterações.

Também previsto na lei de criação dos institutos, está a garantia da formação de licenciados para educação profissional. Para além dos cursos de licenciaturas para EPCT, o IFSC deve propor um programa permanente de formação para os profissionais da educação, com diversas possibilidades de formação para EPCT, para profissionais que atuam na instituição e interessados da comunidade externa.

Quanto a formação continuada, entendida como as diversas atividades de formação para os profissionais da educação, realizadas após sua formação inicial, compreende-se os cursos de aperfeiçoamento, processo de certificação de saberes inerentes à docência, pós-graduação – lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado) -, além dos diversos espaços escolares de reflexão sobre a prática docente (reuniões pedagógicas, reuniões de avaliação, reuniões de pais, grupos de estudos, etc.).

A educação continuada é um processo complexo e multideterminado, que ganha materialidade em múltiplos espaços/atividades, não se restringindo a cursos e/ou treinamentos, e que favorece a apropriação de conhecimentos, estimula a busca de outros saberes e introduz uma fecunda inquietação contínua com o já conhecido, motivando viver a docência em toda a sua imponderabilidade, surpresa, criação e dialética com o novo (PLACCO, 2001, p. 26-27)

Para além do seu compromisso com a formação continuada dos profissionais que atuam na instituição, o IFSC deve responsabilizar-se pela formação continuada dos profissionais da educação que atuam na Educação Básica, em regime de colaboração com as redes públicas, de maneira a promover as mudanças desejadas pelos sujeitos da escola. Para isso, de acordo com Sheibe (2010, p. 991), “é importante buscar a superação da formação continuada com base em cursos rápidos e sem conexão com o projeto político-pedagógico da escola, para promover a reflexão permanente do professor”. O processo de formação dos profissionais da educação deve ser fundamentado na prática educativa, com o entendimento de que não basta a superposição de conteúdos pedagógicos para uma formação (SHEIBE, 2010), faz-se necessário superar a dicotomia entre o modelo dos conteúdos cognitivos e o modelo pedagógico didático.

Configuram-se dois grandes modelos de formação de professores: o modelo dos conteúdos culturais cognitivos, no qual a formação dos professores situa-se e se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento para a qual o docente é preparado, e o modelo pedagógico didático, que considera que a formação só se completa com o preparo pedagógico-didático do professor. O autor destaca o caráter antielitista do modelo pedagógico-

didático por centralizar sua preocupação na socialização do conhecimento, nas possibilidades de ensinar tudo a todos (SAVIANI, 2009, apud, SHEIBE, 2010, p. 989).

Quanto às propostas de formação para os profissionais da educação que atuam na EPCT, deve-se considerar os seguintes pressupostos teóricos:

- a tecnologia como objeto de estudo e intervenção:

De acordo com Machado (2008, p. 16), “é próprio do ensinar-aprender tecnologia e, portanto, da docência na educação profissional tratar da intervenção humana na reorganização do mundo físico e social e das contradições inerentes a esses processos, exigindo discutir questões relacionadas às necessidades sociais e às alternativas tecnológicas”.

A docência na educação profissional, portanto, não se faz sem a avaliação de opções tecnológicas, o que requer apreender conhecimentos tácitos e o estado da arte do desenvolvimento tecnológico, entender os motivos pelos quais há problemas em aberto mesmo existindo soluções tecnológicas para os mesmos, aprender com lições deixadas por experiências pessoais ou coletivas passadas e imaginar futuros possíveis ou alternativos das tecnologias (MACHADO, 2008, p. 16).

- as especificidades das diversas formas de organização da educação profissional:

As formas de organização da educação profissional também são muito heterogêneas, implicando uma diversidade de currículos, status dos formadores e das instituições de formação: divisão em setores econômicos (agrícola, industrial e serviços), em áreas profissionais ou em eixos tecnológicos, variada rede de escolas e centros, mantenedoras públicas nas três esferas governamentais, mantenedoras privadas, regionalização, níveis, relação com outras modalidades educacionais etc. (MACHADO, 2008, p. 17).

No Brasil, inclui-se na educação profissional: os programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; o ensino técnico nas formas concomitante, subsequente e integrado ao ensino médio; as variantes da formação inicial e continuada e do ensino técnico quando ministradas de forma articulada com a educação de jovens e adultos e a graduação tecnológica (MACHADO, 2008, p. 17).

É preciso considerar, portanto, a complexidade deste todo e as necessidades de cada uma das particularidades internas ao conjunto da educação profissional brasileira (MACHADO, 2008, p. 17).

- a constituição do docente como sujeito nas suas dimensões social, ético e político:

É pressuposto básico que o docente da educação profissional seja, essencialmente, um sujeito da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e cooperativa, comprometido com sua atualização permanente na área de formação específica e pedagógica, que tem plena compreensão do mundo do trabalho e das redes de relações que envolvem as modalidades, níveis e instâncias educacionais, conhecimento da sua profissão, de suas técnicas, bases tecnológicas e valores do trabalho, bem como dos limites e possibilidades do trabalho docente que realiza e precisa realizar. (MACHADO, 2008, p. 17).

Entende-se que se trata de um profissional que sabe o que, como e por que fazer e que aprendeu a ensinar, para desenvolver idônea e adequadamente outros profissionais. Desta forma, tem papel e compromisso como educador, independentemente de outra atividade que venha a ter, contribuindo, assim, como participante ativo, para o desenvolvimento da educação profissional (MACHADO, 2008, p. 18).

O perfil profissional do docente da educação profissional engloba, além das especificidades das atividades pedagógicas relativas ao processo de ensino-aprendizagem neste campo, as dimensões próprias do planejamento, organização, gestão e avaliação desta modalidade educacional nas suas íntimas relações com as esferas da educação básica e superior (MACHADO, 2008, p. 18).

As diretrizes aqui apresentadas, quanto ao perfil profissional dos profissionais da educação, devem orientar a elaboração dos programas de formação na instituição, inicial e continuada, nas modalidades presencial e à distância, para atuação na Educação Básica e EPT.

Quanto a elaboração dos programas de formação para os profissionais da educação para Educação Básica, deve-se respeitar a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

No segundo semestre de 2007, o GT – Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica, constituído pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec do Ministério da Educação - MEC, por intermédio do Departamento de Políticas e Articulações Institucionais, sistematizou considerações, indicações e recomendações, com a finalidade de contribuir para a ampliação do debate de todos os setores interessados na construção de uma sólida e articulada política nacional de formação de professores para a educação profissional, científica e tecnológica. Considerando essa discussão, publicada no artigo

“Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional”, os programas de formação dos profissionais da educação que atuam na EPCT, no IFSC, devem considerar três níveis de complexidade na construção do perfil profissional:

- a) desenvolver capacidades de usar, nível mais elementar relacionado à aplicação dos conhecimentos e ao emprego de habilidades instrumentais;
- b) desenvolver capacidades de produzir, que requer o uso de conhecimentos e habilidades necessários à concepção e execução de objetivos para os quais as soluções tecnológicas existem e devem ser adaptadas; e
- c) desenvolver capacidades de inovar, nível mais elevado de complexidade relacionado às exigências do processo de geração de novos conhecimentos e novas soluções tecnológicas (MACHADO, 2008, p. 18).

São diretrizes relacionadas a esses três níveis de complexidade:

- ser capaz de permitir que seus alunos compreendam, de forma reflexiva e crítica, os mundos do trabalho, dos objetos e dos sistemas tecnológicos dentro dos quais estes evoluem; as motivações e interferências das organizações sociais pelas quais e para as quais estes objetos e sistemas foram criados e existem; a evolução do mundo natural e social do ponto de vista das relações humanas com o progresso tecnológico; como os produtos e processos tecnológicos são concebidos, fabricados e como podem ser utilizados; métodos de trabalho dos ambientes tecnológicos e das organizações de trabalho;
- saber desenvolver comportamentos pró-ativos e socialmente responsáveis com relação à produção, distribuição e consumo da tecnologia;
- deve ser capaz de descrever práticas profissionais (como, por quem e dentro de que condições uma atividade é realizada);
- levar em conta o uso que quer fazer desta descrição no processo de ensino-aprendizagem (tipo de apropriação e grau de utilização das técnicas);
- estabelecer a diferença entre ensinar práticas e ensinar os saberes sobre estas práticas (construção mais ou menos elaborada, mais ou menos formalizada destas práticas);
- trabalhar com as diversidades regionais, políticas e culturais existentes;
- educar de forma inclusiva;
- contextualizar o conhecimento tecnológico;
- explorar situações-problema;

- dialogar com diferentes campos de conhecimentos;
- inserir sua prática educativa no contexto social, em todos os seus níveis de abrangência;

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), propõe no seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) ações que buscam o constante aprimoramento das práticas educativas já consolidadas nas esferas educacionais. Os programas sugeridos, de capacitação, visam atender as demandas de todos os atores participantes da ação educativa nas redes estaduais e municipais, bem como, os do próprio IFSC. Portanto, estabeleceu-se os seguintes programas de capacitação:

- cursos de capacitação continuada de curta duração, com carga horária mínima de 40 horas, visando a atualização;
- certificação de saberes inerentes à docência;
- cursos de Licenciatura fomentando a formação de professores, preferencialmente na área de Ciência e na Matemática;
- cursos de Licenciaturas para EPCT;
- cursos de pós-graduação Lato Sensu de aperfeiçoamento e especialização visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- cursos de pós-graduação *scrito sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia. (Se esta proposta for aprovada, as referências deverão ser inseridas ao final do documento.)

Texto da minuta publicada no dia 24/06:

(01)Um dos artigos mais inovadores na lei de criação dos institutos foi a inclusão da formação docente como parte de nossas atribuições. Este PPI consolida essa prerrogativa de forma mais abrangente que o espírito da lei, que cita nos objetivos dos Institutos Federais, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008, Art. 7º, inciso VI, alínea b).

(02)Essa maior abrangência é parte de nosso entendimento de que o apoio à educação básica é dever de todas as instituições da nação. Sendo um imenso desafio à busca da qualidade educativa de nossa educação básica, o IFSC entende que deve participar desse esforço, seja pela formação de professores, através de nossas licenciaturas, seja por um grande conjunto de ações para além de

cursos de graduação.

(03)A Formação de Formadores, toma assim, maior dimensão do que apenas diplomar licenciados. Os cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores, os projetos de pesquisa e extensão envolvendo outros colegas do magistério público, o programa de apoio à docência - PARFOR, os programas de mestrado e doutorado que qualificam professores para a área de educação e as demais áreas do ensino superior, são parte desse desafio.

(04)Um destaque é importante no conceito de formação de formadores: a formação de professores para a EPT. Pouca oferta nessa área acontece no país, na maioria dos casos são programas especiais, transitórios ou sazonais de formação docente. O IFSC deve propor um programa permanente de formação de professores para a EPT, seja em cursos de licenciatura ou pós-graduação, tanto para seus próprios servidores, quanto para a comunidade externa.

Votar a inserção de parágrafo:

Além disso, o IFSC deve promover a formação continuada do seu corpo docente, incentivando a oferta de cursos que envolvam os aspectos relacionados tanto à atuação didático-pedagógica quanto à área técnica, bem como proporcionar condições para a consecução de estudos complementares dos professores efetivos.	
---	--

4 GESTÃO

4.1 CONCEPÇÕES

(01)A Lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, coloca a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social.

(02)Dessa forma, a LDB 9394/96 não deixa dúvidas de que as instituições educacionais devam aproximar-se da comunidade, fazendo parte dela e fazendo com que ela também participe de forma ativa dos processos.

(03)Seguindo em conformidade com a legislação, ou seja, considerando como referência a autonomia institucional e a gestão democrática como elementos sustentadores de sua base, compreende-se que os interesses e anseios da comunidade institucional, coletivamente, delimitarão

as normas de organização dos processos.

(04)A gestão democrática está associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada “escola” sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para “escola” pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A “escola” torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos.

1	Manter original.	
2	Excluir.	
3	A gestão democrática está associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada “escola” sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para “escola” pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A “escola” torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos. A gestão democrática adotada contempla a autonomia do IFSC e a participação na tomada de decisões, amparada em uma concepção sócio crítica e implica processos de participação, autonomia e delegação de poder, o que sugere corresponsabilidade.	

(06)É importante destacar, entretanto, a distinção entre autonomia e soberania. Esta é prerrogativa da nação, emanada do povo, como expressão maior da democracia. Assim, a autonomia deve ser exercida nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população. E a esse devem estar submetidos os interesses específicos de qualquer representação, por mais legítimos que sejam. Ao estabelecer uma estrutura multicâmpus, em que todos os campi possuem um elevado e isonômico grau de autonomia, afirma-se o território como dimensão essencial de sua função. Conseqüentemente, na configuração dessa esfera exterior (os limites do território), estabelecem-se os princípios para sua ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia. Essa circunscrição do local e do regional vem, sobretudo,

enriquecida do sentido maior da construção da autonomia dessas regiões; e, tomando como base suas identidades, estabelece formas de diálogo permanente, na perspectiva da superação de limites que favoreçam a exclusão (MEC, 2008).

1	Manter original.	
2	Excluir.	

(07)A consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se configurou com a criação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, e deverão responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos e tecnológicos e de suporte aos arranjos profissionais e permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico (BRASIL, 2008).

(08)Assim, o modelo de Instituto Federal surgiu como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

(10)Configurando-se como uma estrutura multicâmpus, o IFSC precisa estabelecer mecanismos de gestão que garantam a autonomia dos Câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os Câmpus atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada Campus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógico, administrativo e financeiro.

(11)Em adição, faz-se necessário também a definição e adoção de princípios e diretrizes de gestão adequados à nova institucionalidade, que subsidiem e orientem os níveis de autonomia e de descentralização praticados, de modo a possibilitar o cumprimento das finalidades do Instituto de forma integrada e efetiva.

(12)Por fim, ressalta-se que os Institutos Federais foram criados para assumir o importante papel de catalisador na transformação da qualidade de vida de brasileiros, seja por meio de sua inserção, contribuindo para desenvolvimento local, regional ou nacional, ou pelo domínio e produção do conhecimento; revelando-se, portanto, espaços privilegiados para a construção e

democratização do conhecimento (MEC, 2008).

4.2 RELEVÂNCIA

(01) Considerando que o IFSC prima por sua função social, faz-se necessário que sua gestão pedagógica, administrativa e financeira, seja democrática e transparente, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se como corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

(02) Gerir envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente, o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

(03) Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor, no sentido de mobilizar de forma constante a comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

(04) Nos processos de gestão, é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se em seu trabalho e assumindo-se corresponsáveis no desenvolvimento dos processos.

(05) Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores de modo articulado ao projeto e às finalidades da

instituição.

(06)É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações. Todos crescem e aperfeiçoam sua condição de cidadãos

(07)O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo do “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos e finalidades definidos em certo momento. Trata-se de agir com efetividade, propiciando que a Instituição evolua continuamente.

(08)É fundamental que a gestão da instituição deva ser essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, proporcionando-lhes educação formal de qualidade, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. A continuidade e expansão da adoção de um modelo de gestão democrático abrem caminho para a inovação gerencial.

(09)O gerenciamento da concepção complexa de Instituição educacional, referida anteriormente, requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar essa complexidade, envolvendo os diferentes atores organizacionais e recursos necessários. Nessa perspectiva de renovação, destaca-se também o cenário político que, por meio de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais do país, tem contribuído sobremaneira para o resgate das Instituições educacionais.

1	Manter original.	
2	Excluir.	

(10)A nova realidade organizacional do IFSC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm, como uma de suas finalidades, a formação de educadores. Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional e até internacional, é fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Um modelo de gestão focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição.

1	Manter original.	
---	------------------	--

- 2 A nova realidade organizacional do IFSC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm, como uma de suas finalidades, a formação de educadores.

4.2.1 Avaliação

(11) A avaliação institucional distingue-se como um processo de retratar, verificar, pesquisar e criticar determinada realidade de uma instituição, visando não só conhecê-la, mas também modificá-la quando necessário. Ela está comprometida com aquilo que se deseja alterar, partindo da avaliação autocrítica, que vai proporcionar condições de rever a sua realidade. Destaca-se a importância da promoção da avaliação sistemática dos processos, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo. A avaliação institucional consiste em obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição.

(12) Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a todos os envolvidos nos processos. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão, garantindo a democracia e a transparência. Ela está diretamente relacionada ao cumprimento das finalidades da instituição; compreende a análise quantitativa e qualitativa dos processos pedagógicos, dos cursos oferecidos, das condições disponíveis, relacionando-os às demandas educacionais. Essa avaliação acontecerá, sistematicamente, associada a cada processo e a cada ação da instituição, de tal maneira que sempre indagará se as práticas realizadas correspondem à instituição, ao currículo, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão que se deseja.

(13) O IFSC, dentre as ferramentas de avaliação existentes, vem utilizando também a sistemática da Comissão Própria de Avaliação (CPA) como um dos instrumentos de avaliação institucional, de modo a aprimorar a utilização dos resultados nos processos diretivos, aliando-os às ferramentas de gestão.

(14) A avaliação, portanto, deverá estar presente em todos os níveis de ensino do IFSC, de modo que seja um processo cíclico e contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, voltado a realimentar os processos e redimensioná-los, para promover as mudanças necessárias ao alcance das finalidades e metas do IFSC.

(15) É importante considerar também, a adoção por parte do IFSC, de formas mais flexíveis

de organização do trabalho, relacionadas à estruturação de fóruns para discussão e decisão, formação de grupos de trabalho multidisciplinares para solução de situações específicas, elaboração de projetos para captação de recursos e outros.

(16)A consolidação dos órgãos colegiados, de caráter consultivo ou deliberativo, concebidos sob a ótica dos princípios democráticos e funcionando sob a vertente da metodologia participativa tem se revelado como um importante diferencial e desafio para a comunidade acadêmica. Destaca-se o importante papel dos colegiados enquanto instrumentos integradores, facilitando a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferenciados que compõem a rede IFSC.

4.3 PRINCÍPIOS

(04)Para garantir uma Gestão pautada na democracia participativa, na perspectiva da inclusão e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFSC se nortearão com base nos seguintes princípios:

- (a)Garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto.
- (b)Respeito às leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas.
- (c)Garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores.
- (d)Ensino como atividade principal do IFSC, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos Câmpus.
- (e)Respeito aos princípios gerais da Administração Pública, no desenvolvimento das atividades institucionais.
- (f)Zelo quanto à identidade de Instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- (g)Respeito à pluralidade de ideias.
- (h)Integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica.
- (i)Cultura institucional voltada ao favorecimento da aprendizagem e da inovação.

- (j) Promoção de políticas inclusivas, que garantam a permanência e êxito/conclusão.

1	Manter original com alterações.	
2	Promoção de políticas inclusivas, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito/conclusão.	

- (k) Incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias para que os trabalhos nos diversos Câmpus e Reitoria sejam realizados de forma integrada e em rede.
- (l) Transparência voltada à disponibilização, diretamente aos interessados e cidadãos, de informações relacionadas à atuação institucional, como condição de participação da cidadania no bojo do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

4.4 DIRETRIZES

(04) Considerando que o IFSC prima por sua função social, faz-se necessário que suas gestões - pedagógica, administrativa e financeira - sejam democráticas e transparentes, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

1	Manter original.	
2	Considerando que o IFSC prima por sua função social, faz-se necessário que suas gestões - pedagógica, administrativa e política - sejam democráticas e transparentes, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.	
3	Excluir.	

(05) A organização política, pedagógica e administrativa para a prática de funcionamento do IFSC levará em consideração as seguintes diretrizes:

- (a) Criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão em rede do

Instituto.

1	Manter original com alterações.	
2	Criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão em rede do instituto, sempre respeitando a autonomia e identidade dos Câmpus.	

- (b) Promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a composição e a utilização de indicadores de gestão.
- (c) Realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão.
- (d) Promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, bem como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais.
- (e) Criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto.
- (f) Garantir a comunicação efetiva do IFSC com seus públicos estratégicos, salientando que todos os segmentos tenham acesso à informação de forma igualitária e descentralizada, qualificando o processo de gestão.

1	Manter original.	
2	Garantir a comunicação efetiva do IFSC com seus públicos estratégicos, salientando que todos tenham acesso à informação de forma igualitária, qualificando o processo de gestão.	

- (g) Propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e questões educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborarem nos processos educativos.

1	Manter original.	
2	Propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborarem nos processos educativos.	

- (h) Desenvolver um programa de formação continuada de gestores.

Votar a inserção de novo item:

Desenvolver programas de formação continuada de servidores.	
---	--

- (i) Avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos, buscando a efetividade e a

qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

- (j) Reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição.
- (k) Promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que integram a comunidade acadêmica do IFSC.
- (l) Promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos.
- (m) Envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IFSC.
- (n) Estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da Instituição.
- (p) Garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando à formação de lideranças para o exercício da representatividade.
- (q) Buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida.
- (r) Promover ações inclusivas que visem ao acesso, à permanência e êxito do aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão.
- (s) Assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição seja espaço de formação e participação.

1	Excluir.	
2	Manter original com alterações.	

- (t) Avaliar constantemente as atividades desenvolvidas com a comunidade, prestando contas e promovendo os ajustes necessários.

1	Manter original com alterações.	
2	Excluir, pois está contemplado no item v.	

- (u) Avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às necessidades da comunidade.

1	Manter original com alterações.	
2	Avaliar constantemente os processos educacionais, apresentando aos órgãos superiores as	

necessidades, visando buscar subsídios para atender às expectativas da comunidade.

- (v)Pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão.

Votar a inserção de novos itens:

Institucionalizar o modelo de gestão em rede, a partir dos conceitos de interdependência, auto-organização, igualdade e solidariedade.	
Garantir o desenvolvimento dos processos com autonomia e efetividade a partir da definição de políticas institucionais.	
Fortalecer e valorizar os câmpus, respeitando as suas potencialidades e especificidades.	
Promover as condições necessárias para a participação organizada, transparente e democrática dos integrantes da comunidade acadêmica no processo decisório.	
Possibilitar a gestão adequada de dados, de informações e do conhecimento estratégico institucional, adotando, com inovação, indicadores e sistemas de informação gerenciais.	
Consolidar a identidade institucional, promovendo a reflexão e a disseminação das concepções de educação profissional, científica e tecnológica.	

4.5 POLÍTICAS

(01)Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, de acordo com sua missão e visão de futuro. Elas são consideradas os objetivos maiores que nortearão o planejamento estratégico. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, diretrizes, missão, visão e valores institucionais.

(02)Assim, apresentam-se a seguir as principais dimensões para as quais o Instituto deverá realizar a proposição de políticas.

(03)Inclusão: as políticas inclusivas devem centrar-se no eixos da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e dos direitos individuais do público a que se destina. Deve ocupar-se com a institucionalização da inclusão, seja ela no espaço da instituição ou em outras estruturas sociais.

1	Manter original.	
2	Inclusão: as políticas inclusivas devem centrar-se no eixo da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e dos direitos individuais do público a que se destina.	

(04)Tecnologia da Informação: desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a garantir o uso racional e coordenado dos recursos de TIC e apresentar uma imagem uniforme do IFSC através de produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IFSC.

(05)Segurança da Informação: desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a eliminar ou reduzir riscos aos quais as informações geradas ou mantidas pelo IFSC estão expostas.

(06) Comunicação: estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFSC. A Política de Comunicação aborda temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer atenção especial dos profissionais de comunicação do IFSC e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além de todos os demais servidores, uma vez que se trata de um compromisso assumido por todo o Instituto.

(07) Internacionalização: desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.

(08) Responsabilidade Socioambiental: a política de responsabilidade socioambiental do IFSC deve conter um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função socioambiental, mediante a adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Essa política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da Instituição com a comunidade.

(09) Infraestrutura:

(a)Gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFSC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, pesquisa, extensão e gestão.

1	Manter original.	
2	Gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFSC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários.	
3	Gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFSC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, pesquisa, extensão e gestão, tendo em vista as demandas sociais, ambientais e a gestão democrática participativa.	
4	Gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFSC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, tendo em vista as demandas sociais e ambientais e a acessibilidade.	

(b)Proposição de Planos Diretores específicos para operacionalização das políticas.

1	Manter original.	
2	Excluir.	

(10)Gestão de Pessoas: a política de gestão de pessoas deverá contemplar: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional e a valorização do servidor, em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; e a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais.

1	Manter original com alterações.	
2	Gestão de pessoas: contempla o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite o desenvolvimento profissional do servidor, em todas as etapas da vida funcional e o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores.	
3	A política de gestão de pessoas deverá contemplar: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional e a valorização do servidor, em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; e a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais; o fortalecimento dos processos de fixação dos servidores nos câmpus; e o fortalecimento de	

processos de mobilidade dos servidores.

(11) Gestão da Informação e do Conhecimento: Promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, o compartilhamento, a externalização, a combinação, a internalização, a criação e a aplicação de informações e conhecimentos estratégicos relevantes para a gestão institucional.

1	Manter original.	
2	Gestão da Informação e do Conhecimento: Promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, a criação, a aplicação e socialização de informações e conhecimentos estratégicos relevantes para a gestão institucional.	

(12) Governança Corporativa:

(a) Concepção de instrumentos e estratégias de gestão que possibilitem o desenvolvimento das atividades institucionais de forma integrada e em rede, de modo a subsidiar o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a identidade institucional, a implementação das políticas públicas, e a relação com a Rede Federal EPCT e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão.

(b) Estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação e execução orçamentária, e acompanhamento.

1	Manter original.	
2	Excluir.	
3	Estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da Administração Pública, equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação e execução orçamentária, e acompanhamento.	

5 ASSUNTOS ESTUDANTIS

(01) A proposição de uma educação inclusiva já é sinalizada na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 205 e 208: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família,

será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (BRASIL, 1988). Garantir uma escola inclusiva implica em propostas de ação em distintos eixos: oportunizar de estágios de qualidade, prestar apoio à organização estudantil, criar espaços de convivência para os estudantes, garantir acesso à práticas de pesquisa e extensão, oportunizar atividades artísticas, culturais e esportivas; contribuindo para a inclusão e permanência de todos os estudantes do IFSC.

(02) Além da Constituição Federal, as ações do IFSC estão fundamentadas em princípios emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/1996, e consonantes com o Plano Nacional da Educação 2011-2020.

(03) O IFSC tem, desde a sua constituição, uma preocupação em ser uma instituição inclusiva. A própria criação das escolas de artífices já se destinava ao atendimento dos ditos ‘desvalidos da sorte’ (BRASIL, 1909). Assim, ao longo de sua história, houve diferentes ações de diversos públicos destinadas ao processo inclusivo na educação técnica e tecnológica. Para tanto, compreende-se que o processo de exclusão social é gerado a partir de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural, e que as ações inclusivas devem facilitar os processos de acesso, permanência e conclusão de discentes com necessidades educacionais especiais. Para isso, são consideradas diversas legislações pertinentes ao tema que direcionam as ações da instituição para esse público.

→ Manter original.

→ O IFSC tem, desde a sua constituição, uma preocupação em ser uma instituição inclusiva. A própria criação das escolas de artífices já se destinava ao atendimento dos ditos ‘desvalidos da sorte’ (BRASIL, 1909). Compreendendo que o processo de exclusão social é gerado a partir de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural, as ações inclusivas devem facilitar os processos de acesso, permanência e êxito de discentes com necessidades educacionais específicas e em

situação de vulnerabilidade social. Para isso, devem ser consideradas diversas legislações pertinentes ao tema, que direcionam as ações da instituição para esse público.

→ O IFSC tem, desde a sua constituição, uma preocupação com ações de inclusão. Assim, ao longo de sua história, ocorreram diferentes ações para diversos públicos destinadas ao acesso, permanência e conclusão a educação profissional técnica e tecnológica. Para tanto, compreende-se que o processo de exclusão social foi e está sendo gerado a partir de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural, e que as ações inclusivas devem facilitar os processos de acesso, permanência e conclusão de discentes.

(04)A concepção de discentes com necessidades educacionais especiais é fundamentada na Declaração de Salamanca, de 1994, uma resolução das Nações Unidas que desenha os princípios, as políticas e as práticas em educação especial. A resolução define que deve haver políticas de atendimento específicas abrangendo crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem e também as chamadas pessoas com altas habilidades, assim como crianças de rua ou em situação de risco, que trabalham, de populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional (NAÇÕES UNIDAS, 1994).

5.1 ACESSO

(01)O acesso aos cursos de educação profissional do IFSC modificou-se ao longo do tempo. Embora a instituição tenha se originado objetivando o atendimento aos “desvalidos da sorte”, o grande número de candidatos por vaga, por vezes, levou a extremos da meritocracia. Fatos como esse levaram a discussões internas e, tendo em vista a proposta de ser uma instituição inclusiva, o IFSC passou a adotar políticas diferenciadas de ingresso anteriores à existência da Lei nº 12.711/2012. Com a promulgação dessa Lei, a forma de ingresso foi adaptada para o atendimento aos termos nela propostos, visando a facilitar o acesso de discentes oriundos de escola pública, de baixa renda e pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, conforme percentual da população catarinense aferida pelo IBGE.

(02)A proposição dessa Lei está de acordo com a prerrogativa inclusiva já adotada pelo IFSC. A noção de igualdade de concorrência ignora os processos de exclusão que ocorrem na

sociedade brasileira e a restrição existente para parte da população do acesso à educação de qualidade. Garantir acesso diferenciado para esses públicos tem sido foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.

1	Manter original.	
2	A proposição dessa Lei garante acesso diferenciado para esses públicos e deve ser foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.	
3	Garantir acesso diferenciado para esses públicos tem sido foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.	

(03) Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas inclusivas adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos através de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores. É preciso ressaltar ainda a existência de cursos da Educação de Jovens e Adultos, que vislumbram o ingresso de pessoas que não puderam concluir o ensino básico na idade regular. No IFSC, são ofertados o PROEJA Técnico - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Jovens e Adultos, que objetiva oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, e também o PROEJA FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com ensino fundamental, que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular.

(03) Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas de acesso adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos através de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores. É preciso ressaltar ainda a existência de cursos vinculados à Educação de Jovens e Adultos, que vislumbram o ingresso de pessoas que não puderam concluir o ensino básico na idade regular. Dentro desse contexto, no IFSC são ofertados o PROEJA Técnico - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Jovens e Adultos, que objetiva oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, e também o PROEJA FIC - Programa Nacional de Integração da Educação

Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com ensino fundamental, que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular. Para garantir o acesso de diferentes públicos na instituição, é preciso contemplar distintas estratégias de divulgação da instituição e de seus cursos, para que a informação chegue aos públicos-alvo com qualidade e clareza.

5.2 PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO

1	Manter original.	
2	Permanência e êxito (se aprovado, adequar terminologia do texto)	

(01)A permanência do discente na instituição é o tempo mínimo ou máximo, de acordo com cada projeto de curso, que ele leva para a conclusão de seu curso.

1	Manter original.	
2	A permanência do discente na instituição compreende o tempo definido em cada projeto de curso para a integralização da carga horária prevista nesse projeto, incluindo o estágio supervisionado, quando previsto. (Se aprovada, excluir o próximo parágrafo)	
3	O tempo de permanência do discente na instituição é o tempo necessário para a conclusão de seu curso, estando este de acordo com o tempo mínimo e máximo estipulado no projeto pedagógico. (Se aprovada, excluir o próximo parágrafo)	

(02)A conclusão é quando o discente integraliza as unidades curriculares previstas no projeto do curso, incluindo estágio quando previsto, passando a ter direito à certificação.

1	Manter original (somente mediante manutenção do original no item anterior).	
2	Se o título mudar para Permanência e êxito: O êxito ocorre quando o discente integraliza essas unidades curriculares, passando a ter direito a certificação.	
3	Se o título for mantido Permanência e conclusão: Compreende-se por conclusão quando o discente integraliza as unidades curriculares previstas no projeto pedagógico do curso, incluindo estágio quando previsto, passando a ter direito à certificação.	

(03)Observou-se, ao longo das experiências do IFSC, que apenas democratizar o acesso à

instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Vários têm sido os motivos que os levam a sair da instituição sem concluir seu curso. Esses são denominados evadidos. Considera-se de extrema relevância atentar para as taxas de evasão de acordo com cada curso, bem como para seus motivos, buscando-se desenvolver estratégias que incentivem a permanência do discente até que ele finalize a formação em curso.

(04) Com vistas a identificação de mecanismos que possam levar à permanência e conclusão dos discentes, a instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, objetivando ampliar as ações das Coordenadorias Pedagógicas. As ações dessas equipes tem por objetivo articular o trabalho de servidores em prol de maiores taxas de permanência e conclusão dos discentes. Compreende-se que através dessas ações conjuntas será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico discente, objetivando impactar positivamente a permanência e conclusão dos discentes no IFSC, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender.

(05) Também visando à permanência do discente e à conclusão dos cursos, desde 2011, encontra-se em implantação no IFSC o programa de assistência estudantil, que concede apoio financeiro para a manutenção de discentes que estejam em situação de desvantagem por baixa renda. Esse auxílio financeiro tem por objetivo manter na instituição os discentes propensos a abandonar os cursos por falta de condições financeiras para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático. Sendo um programa recente, é necessário seu acompanhamento para aferir sua adequação aos objetivos propostos.

1	Manter original.	
2	Também visando à permanência do discente e à conclusão dos cursos, desde 2011, encontra-se em implantação no IFSC o programa de assistência estudantil, que concede apoio financeiro para discentes em situação de vulnerabilidade social. Esse auxílio financeiro tem por objetivo manter na instituição os discentes propensos a abandonar os cursos por falta de condições financeiras para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático. Sendo um programa recente, é necessário seu acompanhamento para aferir sua adequação aos objetivos propostos.	

(06) Além das linhas de ação desenhadas acima, para que se possa interferir de forma positiva na permanência e conclusão do discente do IFSC, considera-se necessário implementar como ação programática:

- (a) o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem;
- (b) o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho;

1	Manter original.	
2	acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de aprendizagem;	

- (c) o acompanhamento docente para adaptação metodológica, vislumbrando facilitar o processo de aprendizagem de todos os discentes;

1	Manter original.	
2	o acompanhamento docente para adaptação metodológica, vislumbrando facilitar o processo de ensino e aprendizagem;	

- (d) o apoio psicossocial em casos de dificuldades de aprendizagem, emocionais e afetivas.
- (e) a prevenção e a promoção de saúde;
- (f) o desenvolvimento de estudos e intervenções sobre evasão;

1	Manter original.	
2	o desenvolvimento de estudos e ações sobre evasão e permanência;	

- (g) a organização de parcerias com setores como assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações articuladas intersetoriais;
- (h) o fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo;
- (i) o fomento da inserção dos discentes no mundo do trabalho;

Votar a inserção de novo item:

	o fomento da formação empreendedora;	
--	--------------------------------------	--

- (j) a organização de propostas que promovam a participação dos discentes em atividades artístico-culturais;

1	Manter original.	
2	promover atividades artístico-culturais e desportivas; (se aprovar esta, excluir o próximo item)	

- (k) o desenvolvimento de programas que propiciem a participação de discentes em práticas desportivas;
- (l) o fomento da formação político-social dos discentes;

1	Manter original.	
2	o fomento da formação político-social para a comunidade acadêmica;	

- (m) o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.

5.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1	Manter original.	
2	Pessoas com necessidades específicas (se aprovado, adequar terminologia do texto)	

(01)Esta seção destina-se a tratar do atendimento aos discentes com deficiência, conforme o disposto no Decreto nº 5.296/2004, abrangendo deficiências física, auditiva, visual, mental, múltiplas e pessoas com mobilidade reduzida. Além desses discentes, Estão contemplados nesta seção os atendimentos especializados para discentes com superdotação.

1	Manter original com alterações.	
2	Apreciar somente se for mantido o título original: Esta seção destina-se a tratar do atendimento dos discentes com alguma deficiência, conforme o disposto no Decreto nº 5.296/2004, abrangendo deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiências múltiplas e pessoas com mobilidade reduzida.	

(02)As políticas educacionais brasileiras asseguram a todos a igualdade de condições para o acesso, a permanência na escola e a conclusão de seus cursos Sendo assim, a educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades. Para garantir esse direito às pessoas com deficiência, o IFSC destina políticas diferenciadas para esse público.

1	Manter original.	
2	As políticas educacionais brasileiras asseguram a todos a igualdade de condições para o acesso, a permanência na escola e a conclusão de seus cursos. Sendo assim, a educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades.	

(03)No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência iniciaram no período imperial, com a criação de uma instituição de atendimento aos deficientes visuais, atual Instituto Benajmin Constant (IBC) e o atual Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES). Já no Século XX, por iniciativa da sociedade civil, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no

atendimento às pessoas com deficiência mental que, em 1945, começou a atender pessoas com superdotação. Em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

(04) A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e deficientes, em meados dos anos 80, iniciaram um movimento para ações educativas de integração das pessoas deficientes, no lugar das práticas vigentes na época, as quais enfatizavam a ideia de "educação especial", que segregava o deficiente. As discussões prosseguiram, chegando à percepção de que a dificuldade que era apresentada por alguns alunos não estava centrada neles, mas sim nas formas de organização do ensino em algumas escolas.

(05) A Lei nº 5.692/1971, ao inserir o “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não permitiu o avanço da escola para atender essas demandas, ao contrário, reforçou o encaminhamento desses alunos a classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, fundamentado na integração desses alunos, favorecendo as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às com superdotação. Entretanto, as ações ainda foram desenvolvidas de forma isolada. Continuava-se com “políticas especiais”, sem a efetivação de uma política inclusiva.

(06) O marco regulatório vigente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2007), está baseada na defesa do direito de convivência de todos os alunos, fundamentada na perspectiva dos direitos humanos. Essa política busca romper as barreiras impostas pelas diferenças e tem como objetivos: a transversalidade da educação especial, da educação infantil à educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Em relação à acessibilidade física, ela inclui providências para além da quebra de barreiras arquitetônicas. Sinalização, mobilidade, mobiliário e outras medidas de ordem prática são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das pessoas com necessidades específicas.

(07) Na Educação Profissional e Tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de

uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em 2001. A partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNE -, atualmente vinculados à SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

(08)No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo dos Institutos Federais através da criação do primeiro câmpus bilíngue Libras - Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue – Libras/Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes, não se tratando apenas de compartilharem a mesma sala, mas de uma metodologia de ensino que permite que as pessoas estudem juntas.

1	Excluir.	
2	<p>Apreciar se for optado pelo título Pessoas com necessidades específicas:</p> <p>No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo dos Institutos Federais através da criação do primeiro câmpus bilíngue Libras - Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue – Libras/Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes através de uma metodologia de ensino inclusiva e significativa para ambos os públicos.</p>	
3	<p>Apreciar se for optado pelo título Pessoas com deficiência:</p> <p>No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo com as pessoas com deficiência através da criação do primeiro câmpus bilíngue Libras - Português no município de Palhoça - SC, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue – Libras/Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes, não se tratando apenas de compartilharem a mesma sala, mas de uma metodologia de ensino que permite que as pessoas estudem juntas.</p>	

(09)Cada câmpus do IFSC conta hoje com um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE. É função desse Núcleo assessorar a instituição para receber as pessoas com deficiência, colaborando com as adaptações necessárias para o atendimento de cada discente.

(10) Sendo a Educação um direito de todos e um dever do Estado, o IFSC compromete-se com:

- (a) implementação da acessibilidade física;
- (b) desenvolvimento de programas de capacitação para servidores;

1	Manter original.	
2	desenvolvimento de programas de formação para servidores;	

- (c) atendimento pedagógico adequado às demandas do discente;

1	Manter original.	
2	atendimento pedagógico e psicossocial adequado às demandas do discente;	

- (d) atendimento adequado ao público;

1	Manter original.	
2	Excluir.	

- (e) garantir formas de acesso adequadas às necessidades da pessoa com deficiência;
- (f) garantir que as estratégias para permanência e conclusão sejam adaptadas para atender as especificidades das pessoas com deficiência;

1	Manter original.	
2	Excluir.	
3	garantir estratégias para permanência e conclusão que atendam as especificidades das pessoas com deficiência;	

- (g) garantir que a pessoa com deficiência egressa do IFSC esteja contemplada nas políticas para egressos da instituição;

1	Manter original.	
2	Excluir.	

- (h) garantir que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.

1	Manter original.	
2	buscar condições para que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.	
3	garantir terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.	

5.4 EGRESSOS

(01) Considera-se egresso o sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso.

(02) Projetar ações para esse público possibilita compreender melhor como a formação que a instituição dá aos sujeitos impacta suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao egresso é muito importante detectar modelos de práticas bem sucedidas, para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, é muito importante para a instituição identificar a inserção socioprofissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do egresso com o mundo de trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as escolhas dos discentes para sua atuação profissional.

(03) São propostas assumidas pelo IFSC, quanto aos seus egressos:

- (a) desenvolver ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção socioprofissional;
- (b) implantar o Observatório da Educação Profissional;
- (c) garantir uma forma de diálogo com os egressos;
- (d) garantir o acompanhamento sistemático do egresso;

1	Manter original.	
2	Excluir.	

- (e) fomentar o retorno dos egressos para seguirem o seu itinerário formativo no IFSC;

1	Manter original.	
2	incentivar o retorno dos egressos para seguirem o seu itinerário formativo no IFSC;	

- (f) fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC, especialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;

1	Manter original.	
2	Excluir.	

- (g) criar ferramentas que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha.
- (h) criar mecanismos de comunicação com os egressos, de modo a informá-los dos eventos, cursos, palestras e demais atividades do IFSC.

REFERÊNCIAS

As referências serão revisadas antes da finalização do documento.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A.; PASSOS, Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar:** didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2000. p. 177-195.

BRASIL. 2008. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> . Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. 1909. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2013.

CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf>. Acesso em 13 mai. 2013.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866> Acesso em: 23 jun. 2013.

_____. Parecer CNE/CEB nº 11/2012, aprovado em 9 de maio de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** 2012a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17576&Itemid=866> . Acesso em: 23 jun. 2013.

_____. **Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf> . Acesso em: 23 jun. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LIBANEO, Jose Carlos. **Democratização da Escola Pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na Escola Cidadã. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma busca prática em busca de novos sentidos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 17^a. Ed, 2005.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

MEC. **Histórico da Educação Profissional**, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso: em 13 mai. 2013.

_____. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841> . Acesso em: 11 mai. 2013.

_____. 2008. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes**. Disponível em: <http://www.poa.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2010/03/concepcao_diretrizes.pdf> Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. 2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> . Acesso em: 14 jun. 2013.

MELLO, Celso Antonio B. de. **Curso de Direito Administrativo**. 12.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. 1994. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2013.

PLANO BRASIL MAIOR. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>>, e acessado em 14 de junho de 2013.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FioCruz, 1989.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 13/08/2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Concepção de educação tecnológica no Brasil:** resultado de um processo histórico. 2007. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf. Acesso em: 04 jun. 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 12.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.